

CIÊNCIAS SOCIAIS e POLÍTICAS



| Sociedade em Debate

v.8 | 2024

CIÊNCIAS SOCIAIS e POLÍTICAS



Sociedade em Debate

v.8 | 2024

2024 – Editora Uniesmero

www.uniesmero.com.br

uniesmero@gmail.com

Organizador

Jader Luís da Silveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Imagens, Arte e Capa: Freepik/Uniesmero

Revisão: Respective autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Me. Elaine Freitas Fernandes, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Me. Laurinaldo Félix Nascimento, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Rudvan Cicotti Alves de Jesus, Universidade Federal de Sergipe, UFS

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S587c Silveira, Jader Luís da
Ciências Sociais e Políticas: Sociedade em Debate - Volume 8 /
Jader Luís da Silveira (organizador). – Formiga (MG): Editora
Uniesmero, 2024. 73 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5492-082-7

DOI: 10.5281/zenodo.13291396

1. Ciências Sociais. 2. Ciências Políticas. 3. Sociedade em Debate.
I. Silveira, Jader Luís da. II. Título.

CDD: 300.7

CDU: 301

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam
responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins
comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Uniesmero

CNPJ: 35.335.163/0001-00

Telefone: +55 (37) 99855-6001

www.uniesmero.com.br

uniesmero@gmail.com

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:

<https://www.uniesmero.com.br/2024/08/ciencias-sociais-e-politicas-sociedade.html>



AUTORES

**ADRIANA LUCINDA DE OLIVEIRA
CLARICE DOS SANTOS
DENILSON DANTAS GOMES
DIOGO TEODORO
IVANY PINTO NASCIMENTO
JOÃO BATISTA DE LIMA MARTINS NETO
LEANDRO EDSON DE OLIVEIRA
ROGÉRIO DA SILVA NUNES
ROSANA SOARES DOS SANTOS
SANDRA MILENA PALOMINO ORTIZ
STEPHANIE CAROLINE ALVES
VALDETE DE SOUZA SILVA
WAGNER DOS SANTOS RIBEIRO DE ABREU**

APRESENTAÇÃO

No cenário atual, marcado por complexidades e dinâmicas em constante evolução, a compreensão das Ciências Sociais e Políticas torna-se essencial para a apreensão dos processos sociais, estruturas de poder, bem como para a identificação e proposição de soluções aos desafios enfrentados pela humanidade.

Partindo de uma base teórica sólida e fundamentada em evidências empíricas, os autores apresentam uma abordagem analítica que busca não apenas descrever, mas também questionar, problematizar e propor reflexões críticas sobre os fenômenos sociais e políticos abordados.

Diante das rápidas transformações e complexidades crescentes, compreender os fenômenos sociais e políticos não apenas enriquece nosso conhecimento acadêmico, mas também fornece insights cruciais para abordar os desafios e dilemas que enfrentamos enquanto comunidade global.

Ao destacar temas como identidade, globalização, desigualdade, justiça social, participação cívica e governança, este livro visa contribuir para um diálogo informado e enriquecedor sobre os desafios e possibilidades que enfrentamos como sociedade.

Reconhecemos que as questões sociais e políticas frequentemente provocam perspectivas diversas e até conflitantes. No entanto, é através da troca de ideias e da análise crítica que podemos avançar em direção a soluções mais justas e equitativas. Espera-se que a obra seja uma jornada intelectual que enriqueça nossa compreensão do mundo que habitamos e fortaleça nosso compromisso com a construção de um futuro melhor para todos.

SUMÁRIO

Capítulo 1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O AJUSTE FISCAL E AS REVERBERAÇÕES NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO BRASIL <i>Denilson Dantas Gomes; João Batista de Lima Martins Neto</i>	8
Capítulo 2 DEZ ANOS DA LEI DAS COTAS UNIVERSITÁRIAS NO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO A PARTIR DA EVASÃO INSTITUCIONAL <i>Diogo Teodoro; Rogério da Silva Nunes</i>	24
Capítulo 3 ATUAÇÃO DO CONSELHO DA COMUNIDADE NO MUNICÍPIO DE MATINHOS: UM OLHAR AOS ASSISTIDOS DO SISTEMA PENAL DO LITORAL PARANAENSE <i>Stephanie Caroline Alves; Adriana Lucinda de Oliveira</i>	46
Capítulo 4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS REFUGIADOS NA CIDADE DE BOA VISTA-RR <i>Sandra Milena Palomino Ortiz; Ivany Pinto Nascimento</i>	59
Capítulo 5 REDE “SIM”: CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA <i>Valdete de Souza Silva; Clarice dos Santos; Leandro Edson de Oliveira; Rosana Soares Dos Santos; Wagner Dos Santos Ribeiro de Abreu</i>	68
AUTORES	71

Capítulo 1
CONSIDERAÇÕES SOBRE O AJUSTE FISCAL E AS
REVERBERAÇÕES NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO
BRASIL

Denilson Dantas Gomes
João Batista de Lima Martins Neto

CONSIDERAÇÕES SOBRE O AJUSTE FISCAL E AS REVERBERAÇÕES NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO BRASIL¹

Denilson Dantas Gomes

*Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço
Social; denilson.gomes.110@ufrn.edu.br.*

João Batista de Lima Martins Neto

*Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço
Social; joao.neto.107@ufrn.edu.br.*

RESUMO

O artigo apresenta análises sobre os impactos do ajuste fiscal na política de Reforma Agrária no Brasil. Para tanto, o processo de construção desse trabalho contou com estudos bibliográficos sobre a questão agrária brasileira, agronegócio, assentamentos rurais e ajuste fiscal. Tais estudos contribuíram para o aprofundamento do entendimento do debate, permitindo ilustrar mudanças ocorridas em governos no Brasil, principalmente no período de Michel Temer. Ademais, o trabalho evidencia o papel dos movimentos sociais do campo na realização da reforma agrária nacional, destacando que o enfraquecimento da pressão social sobre o governo reduz, de forma significativa, a realização de melhorias sociais.

Palavras-chave: Ajuste fiscal; Reforma Agrária; assentamentos rurais; Neoliberalismo; Concentração fundiária.

ABSTRACT

The article presents analyses on the impacts of fiscal adjustment on Agrarian Reform policy in Brazil. To this end, the process of constructing this work involved bibliographic studies on the Brazilian agrarian issue, agribusiness, rural settlements, and fiscal adjustment. These studies

¹ Parte das considerações apresentadas neste artigo foram expostas inicialmente na XI Jornada Internacional de Políticas Públicas realizada entre os dias 19 a 23 de setembro de 2023, na Universidade Federal do Maranhão.

contributed to a deeper understanding of the debate, allowing for the illustration of changes that occurred in Brazilian governments, particularly during Michel Temer's period. Furthermore, the work highlights the role of social movements in the countryside in the implementation of national agrarian reform, emphasizing that the weakening of social pressure on the government significantly reduces the realization of social improvements.

Keywords: Fiscal adjustment; Agrarian reform; rural settlements; Neoliberalism; Land concentration.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende realizar algumas considerações sobre as implicações do ajuste fiscal na efetivação da Política de Reforma Agrária, especialmente no que se refere aos assentamentos rurais. Para tanto, destaca-se que este estudo faz parte da pesquisa intitulada “A política de reforma agrária no contexto do ajuste fiscal”, registrada na Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Para a concretização dessas análises, foram realizados estudos sobre a questão agrária brasileira, agronegócio, assentamentos rurais e ajuste fiscal. Todos esses estudos contribuíram para aprofundar o entendimento do debate e facilitar a compreensão referente as várias mudanças ocorridas ao longo do tempo. O período verificado é marcado pelo agravamento do ajuste fiscal, o qual identifica-se como uma estratégia capitalista utilizada durante as crises cíclicas do capital, e no Brasil tem-se início na década de 1980 e consolida-se durante a década de 1990, o que repercutiu em ações como: cortes orçamentários, institucionalização de mecanismos de fomento e a restrição de recursos, resultando no desmonte das políticas de desenvolvimento rural e Reforma Agrária.

Diante disso, o artigo apresenta reflexões sobre o impacto do ajuste fiscal na implementação da Reforma Agrária no Brasil, destacando alguns obstáculos enfrentados ao longo das diferentes gestões presidenciais, especialmente até o período de Michel Temer, que assumiu a presidência da República após o golpe de 2016 que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

Dessa maneira, espera-se que os resultados deste estudo possam aprofundar o conhecimento acerca da relação entre o ajuste fiscal e a política de Reforma Agrária. Além

disso, busca-se oferecer subsídios para o desenvolvimento de estratégias e políticas públicas que visem à redução da violência no campo, à garantia dos direitos dos trabalhadores rurais e à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2 AJUSTE FISCAL NO BRASIL: BREVES CONSIDERAÇÕES

Após o fim da ditadura militar no Brasil, houve uma retomada da esperança para a alteração da realidade agrária do país. Essa esperança foi inicialmente alimentada pela promulgação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que previa contemplar 1.4 milhões de famílias em 4 anos (Brasil, 1985). Todavia, apesar da alteração do regime político no país, as bases autoritárias permaneceram, exemplo disso é verificar que a burguesia agrária se articulou para barrar a implementação do I PNRA devido ao seu potencial de beneficiar os camponeses e os movimentos sociais. Conforme destacou Fernandes (2012, p. 499), “Em resposta, os latifundiários se articularam politicamente e de forma armada para combater os movimentos e as lutas sociais”.

Dentre essas articulações, ressalta-se a criação da União Democrática Ruralista (UDR), uma organização que representava os interesses da burguesia agrária e surgiu como um dos principais opositores à implementação do I PNRA, que, como analisou Bruno (1996), além de utilizar a violência e convocar mobilizações, advogou pela renovação da representação patronal no campo, estabelecendo a figura do “produtor autêntico”², que seria aquele que não se deixava envolver em negociações com o estado para manter seus objetivos dedicando-se incansavelmente para alcançá-los.

Essa influência política dos ruralistas também se manifestou na promulgação do Decreto-Lei nº 2.363/1987, que teve um grande impacto na estrutura de implementação da reforma agrária no país, pois extinguiu o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – órgão responsável pela criação dos projetos de assentamentos –, transferindo toda a responsabilidade sobre a implementação da reforma agrária para o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e criou o Instituto Jurídico das Terras Rurais (INTER) para ficar responsável apenas pela Procuradoria Geral do instituto extinto (Brasil, 1987).

² Segundo Bruno (1996, p. 73), “A bandeira do produtor autêntico [...] Funcionou como reorganizadora de novos símbolos e da ação dos grandes proprietários de terra e empresários rurais, fragilizando as críticas sobre o latifúndio e as denúncias quanto à especulação da terra”

Isso também foi refletido na elaboração da Constituição Federal promulgada em 1988, a qual, apesar dos avanços e conquistas para a classe trabalhadora, como a aprovação de emendas populares que propunham a redistribuição de terras, os ruralistas conseguiram barrar essas propostas, preservando seus monopólios rurais. Devido a isso, Fernandes (2012, p. 499) descreve que:

Em 1988, na elaboração da nova Constituição, a Reforma Agrária sofreu revezes dos ruralistas. Embora tenha sido aprovada na Constituição, os ruralistas conseguiram retirar o princípio da eliminação do latifúndio e o condicionaram a ser produtivo ou não, e ainda repassaram sua definição para uma lei complementar que precisaria ser criada. Com essa estratégia, criaram um imbrólio jurídico que paralisou as iniciativas e a celeridade do Incra.

Após a promulgação da Constituição e a eleição de Fernando Collor de Melo, o primeiro presidente eleito diretamente após a ditadura militar, o Brasil começou a adotar políticas neoliberais e a intensificar a acumulação de capital por meio do setor financeiro, o que Martins (2022, p. 261) descreve como, “[...] a adesão ao neoliberalismo e ao ciclo de acumulação por meio do capital financeiro (rentismo)”. Contudo, o “Plano Collor”³ não teve o impacto esperado pelo governo e, ao contrário, culminou no *impeachment* de Collor de Melo. Em consequência, Itamar Franco, então vice-presidente, assumiu a presidência e, após uma mudança ministerial, novas figuras políticas começaram a emergir, como Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Enquanto ministro das relações exteriores, FHC tornou a política neoliberal proposta pelos Estados Unidos da América (EUA) mais palatável pela classe dominante brasileira, o que Martins (2022, p. 263) afirma ter definitivamente “[...] ganho a adesão para o neoliberalismo e, com ele, para o capitalismo financeiro”. Essa abordagem teve grande impacto positivo em sua eleição em 1994. Já na presidência, FHC promoveu a

³ O referido plano “[...] realizou uma reforma monetária, substituindo a moeda Cruzado Novo pela anterior, o Cruzeiro. Também implementou um ajuste fiscal, instituindo o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para as operações na Bolsa de Valores e na caderneta de poupança, liberou as importações e abriu o período de privatizações das empresas estatais, além de extinguir outras, como a Embrater e o Banco Nacional do Crédito Cooperativo (BNCC)” (Martins, 2022, p. 258). Além disso, não se pode esquecer que também foi devido a esse plano que “Para controlar o volume de moeda em circulação, Collor, confiscou, por 18 meses, os depósitos à vista e as poupanças e aplicações, limitando o volume de saques. Esse sequestro pegou a população de surpresa, gerando uma enorme insatisfação nos diversos setores da sociedade” (Martins, 2022, p. 259).

privatização de estatais através do Programa Nacional de Desestatização⁴ (PND) e consolidou definitivamente o neoliberalismo no país.

A presença do Estado na economia, anteriormente justificada pela necessidade de manter a soberania nacional e reduzir a dependência externa, era particularmente relevante em setores estratégicos como telecomunicações, siderurgia e energia. No entanto, sob a influência da lógica capitalista, a venda dessas empresas fomentou a acumulação de capital por grandes corporações.

Como se pode observar, a intervenção estatal na economia ou a desnacionalização econômica de um país são resultantes das linhas ideológicas. O caso brasileiro ilustra que a influência externa foi determinante para que a agenda neoliberal fosse adotada e usada como “moeda de troca” para o progresso nacional. Essa política resultou na redução do setor industrial do país, relegando-o novamente ao papel de exportador agrícola e deixando-o à mercê das necessidades de outras nações.

Os fatores que contribuíram para a reprimarização da economia, a partir da modernização conservadora da agricultura, foram planejados pelos países desenvolvidos, que teoricamente buscavam auxiliar os países em desenvolvimento por meio de um “receituário neoliberal”, formulado durante o Consenso de Washington. Com a implementação dessa política, as nações visavam superar os obstáculos ao seu crescimento, promovendo a abertura financeira ao capital estrangeiro, a liberdade comercial e a redução do tamanho do Estado através de cortes em gastos públicos, privatizações e contenção orçamentária, garantindo o superávit primário por meio de “resultados de crescimento” focados em metas agroexportadoras que, na maioria das vezes, aumentaram a dependência econômica do país.

Sendo assim, é factível propor que, na década de 1990, foram criados os alicerces para a instituição do ajuste fiscal no Brasil, o qual se apresenta como uma estratégia de enfrentamento das crises cíclicas do capital. Contudo, esse ajuste repercute diretamente no agravamento da “questão social”, evidenciado pelas elevadas taxas de desemprego, pelos empecilhos na democratização dos serviços de saúde e educação, e pela baixa cobertura assistencial em relação aos direitos trabalhistas e sociais.

⁴ Conforme Saurin e Pereira (1998), o principal objetivo do programa perpassa por três vieses: pôr um fim à expansão desordenada do setor público; a implantação de atividades sistemáticas de controle das empresas estatais e a criação das condições necessárias para transferência do controle de empresas para o setor privado.

A configuração desse mecanismo de regulação do capital impõe a obtenção de resultados primários positivos. Na prática, isso significa que o saldo entre as receitas e despesas do Estado deve ser destinado obrigatoriamente à dívida pública, e não às áreas de seguridade social. Esse procedimento demonstra uma faceta do capitalismo que não prioriza a garantia dos direitos institucionais, pois, como afirma Paulani (2016, p. 71):

Em períodos em que a economia não vai bem, temos a queda da arrecadação tributária o que impõe ao governo a escolha entre bons resultados primários, com prejuízos na prestação de serviços públicos e das políticas públicas, ou a não obtenção desse resultado e a garantia da manutenção dos serviços e políticas públicas o que favorece a população mas não estimula o “mercado”.

Durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT)⁵, observou-se uma redução na agenda neoliberal no Brasil, dando lugar ao destaque do neodesenvolvimentismo. Esse período foi marcado pela expansão das políticas e programas sociais ofertados pelo Estado em áreas como alimentação, assistência social, educação, habitação e ciência. Notavelmente, houve uma significativa ampliação e fortalecimento da rede de ensino brasileira, principalmente através do aumento dos Institutos Federais (IFs) e das Universidades Federais (UFs). Além disso, as Parcerias Público-Privadas (PPPs) foram favorecidas, permitindo que o setor privado assumisse a prestação de serviços públicos, o que resultou na terceirização de algumas obrigações estatais.

Contudo, a combinação de uma agenda neoliberal com a implementação de políticas sociais de alto impacto apresenta um caráter contraditório, pois enquanto aumenta a importância da presença do Estado na economia, também exige uma maior regulamentação das instâncias socioeconômicas. Isso, conforme aponta Paulani (2016, p. 76), fortalece e amplia os direitos sociais garantidos pela Constituição. Assim, os governos petistas tornaram-se uma expressão da tentativa política de conciliação de classes.

No entanto, o fim do período dos governos petistas foi marcado pelo golpe que resultou no *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2016. Após esse episódio, o então vice-presidente, Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), assumiu o governo da federação, em sua gestão, Michel Temer adotou,

⁵ Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Governo da presidenta Dilma Vana Rousseff (2011-2016).

gradualmente, uma agenda política baseada no conservadorismo e na redução dos gastos estatais.

A escolha política adotada resultou no desmonte do Estado e na redução orçamentária na seguridade social. Para isso, foi necessário que o governo dialogasse com sua base aliada no congresso. O resultado dessas negociações foi materializado no documento “Ponte para o Futuro”, que criticava a gestão de Dilma Rousseff e apresentava Michel Temer e o PMDB como soluções para o crescimento do país, propondo retomar a pauta neoliberal preterida pelas administrações anteriores.

As 19 páginas do documento apresentam cinco eixos prioritários para alcançar o patamar de “país do futuro”, não se limitando às privatizações como forma de aumentar a receita nacional. O foco estava na retenção orçamentária para programas sociais e políticas públicas que haviam sido desenvolvidas nas gestões anteriores, ressaltando a relevância do Estado na efetivação destas (PMDB, 2015).

Behring (2018) analisa e compara esse documento com a proposta de reforma do Estado de 1995, idealizada por FHC após a implementação do Plano Real. Baseada no ajuste fiscal, essa proposta justificava que os problemas do país estavam nas ações do Estado e que seria necessário reformá-lo para atender às novas demandas do desenvolvimento. Para a autora, a “Ponte para o Futuro” representa uma espécie de atualização dessa proposta anterior.

Notavelmente, a primeira pauta elencada pelo documento diz respeito à questão fiscal, sublinhando a crença dos seus elaboradores de que o crescimento econômico está associado à redução dos gastos da União. Como solução, Michel Temer promoveu a Emenda Constitucional nº 95, conhecida como a PEC do teto de gastos, que congelou os gastos do Estado no campo da seguridade social por 20 anos.

Diante desse cenário, a partir do que Loureiro (2001, p. 76) elaborou, destaca-se que:

Em países democráticos, a conduta fiscal dos governos é sempre sensível às reações do eleitorado e às demandas dos grupos de pressão. Todavia, alguns são mais efetivos e ágeis do que outros em corrigir o déficit orçamentário ou controlar o endividamento. A literatura tem indicado que as variações nas políticas macroeconômicas dependem de diferentes fatores. Uma “primeira geração” de teorias enfatizava a orientação ideológica do partido no poder: governos de direita adotariam políticas monetárias e fiscais mais restritivas, com cortes acentuados no orçamento, enquanto os de esquerda tenderiam a políticas mais expansionistas, de orientação keynesiana. Os primeiros estariam mais

atentos à estabilidade monetária e os segundos mais preocupados em reduzir o desemprego.

Diante disso, pode-se afirmar que o período em que o Brasil esteve sob a administração de Temer evidenciou-se o crescimento do neoliberalismo, instituído pelo novo regime fiscal que limita as ações de fomento e proteção aos brasileiros mais vulneráveis economicamente.

3 REFORMA AGRÁRIA E AJUSTE FISCAL

Desde a colonização, a estrutura fundiária do Brasil tem sido marcada pela expropriação das terras dos povos originários e sua concentração nas mãos de uma elite, iniciando os latifúndios, que se consolidaram com a Lei de Terras de 1850, destinada a manter essa estrutura e impedir que escravos libertos e migrantes pobres se tornassem proprietários. Mesmo após 170 anos, a questão agrária continua problemática, agravada pelo apoio governamental ao agronegócio, em detrimento do desenvolvimento rural para trabalhadores. A reforma agrária surge como uma solução potencial, buscando distribuir terras e renda.

Com base nessas considerações, destaca-se que uma verdadeira reforma agrária ainda não ocorreu no Brasil. As propostas apresentadas até o momento foram apenas soluções pontuais, com o objetivo de resolver conflitos sociais que poderiam escalar problemas mais graves para o governo e os proprietários fundiários. Os processos de destinação de terras para trabalhadores rurais propostos no país assemelham-se mais a processos de colonização e regularização fundiária do que a uma reforma agrária propriamente dita, pois visam alocar áreas da União para a implantação de assentamentos rurais, criando a confusão de que isso representaria uma reforma agrária, quando na verdade é apenas parte do processo.

Conforme ressaltado, o país possui um marco institucional e jurídico que define como devem ser as atividades da federação. Além disso, a Constituição Federal de 1988 estipula que todo imóvel deve cumprir sua função social, caso contrário, pode ser destinado à desapropriação para fins de reforma agrária (Brasil, 2022). No entanto, apesar da expectativa de redução da concentração de terras, as áreas rurais ainda estão predominantemente sob posse de latifundiários. É por isso que os movimentos sociais do

campo e partidos políticos, sobretudo os de esquerda, têm intensificado a pressão pela realização de uma reforma agrária nacional.

Na década de 1990, a pauta da reforma agrária sofreu uma paralisação durante o governo de Fernando Collor, que empregou artifícios políticos para criar obstáculos que justificassem a não realização da reforma, o que representou mais uma derrota para a distribuição de terras no Brasil. No entanto, o tema cresceu no debate nacional, conforme Miralha (2012, p. 161):

Apesar das derrotas políticas os movimentos sociais de luta pela terra, principalmente o MST, com o apoio da CPT, seguiram crescendo e se expandindo pelo território nacional aumentando o número de integrantes e simpatizantes que, por consequência amplia o poder de pressão, principalmente, por meio de ocupações e realização de acampamentos em grandes fazendas improdutivas ou com títulos de propriedade contestados. Assim, em meados da década de 1990 o MST atinge uma repercussão nacional com ocupações de várias fazendas, principalmente no Pontal do Paranapanema, passando assim a entrar na mídia e ganhar boa parte da opinião pública a seu favor.

A pressão exercida pelos movimentos sociais do campo reforçou a necessidade de intervenção do Estado nos processos de desapropriação de terras, levando o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) a intensificar a implantação de assentamentos rurais pelo Brasil. Durante seu primeiro mandato, FHC buscou resolver os conflitos por terra através do processo de assentamento das famílias, o que permitiu ao governo defender a ideia de que não existiam mais latifúndios em terras brasileiras, nem famílias sem-terra. Essa alegação, no entanto, foi uma falácia, já que o governo nunca implementou um verdadeiro programa de reforma agrária, optando apenas por elaborar projetos de assentamentos como mecanismo para reduzir as ocupações no campo (Fernandes, 2003).

O governo de Lula (2003-2011), que sucedeu a gestão de FHC, prometeu durante a campanha eleitoral realizar a reforma agrária. Essa promessa pode ser uma das razões pela qual a gestão Lula teve o maior número de famílias assentadas na história do país. O sucesso não é somente resultado da gestão, apesar de sua grande contribuição, mas também se deve ao entendimento da população acerca da desapropriação garantida pela Constituição Federal de 1988, que requer pressão popular sobre o governo para ser efetivada.

No primeiro ano de seu mandato, o presidente Lula instituiu o II PNRA, que buscava cumprir as promessas de campanha e tinha como objetivo garantir o acesso à terra, saúde, educação, saneamento e energia para as comunidades rurais (Brasil, 2003).

Contudo, as ações do Estado brasileiro já se encontravam sobre o regime neoliberal e, desde a gestão de FHC, o avanço das pautas neoliberais ocasionou um grande refluxo dos movimentos sindicais e camponeses. Paralelamente, a elite agrária desenvolveu táticas para destacar as vantagens do agronegócio, visando ocultar a persistência dos latifúndios e utilizando o “mercado” como escudo.

Conforme destacou Fernandes (2003, p. 3):

Ainda, nessa nova conjuntura política, os ruralistas também criaram a tática de transferir a questão agrária do território da política, do campo dos direitos dos trabalhadores, para o território do mercado e do capital, onde os trabalhadores são plenamente subalternos. Uma das artes do pensamento neoliberal é que a superação do conflito é possível via mercado. Na verdade, esse argumento procura criar uma relação de dependência e, portanto, de dominação. É uma visão linear de um processo desigual, explícito na questão agrária.

As ações do governo Lula com relação à reforma agrária não foram feitas através da política desapropriatória, pelo contrário, seguiu passos semelhantes ao de FHC. A reforma agrária foi realizada através da regularização fundiária em áreas de ocupação. Dessa forma, o governo não interferiu em terras ocupadas pelo agronegócio, ou seja, mais uma vez o país teve medidas paliativas e não o enfrentamento da questão agrária, o que resultou em restringência dos movimentos sociais que, de acordo com Fernandes (2008, p. 81):

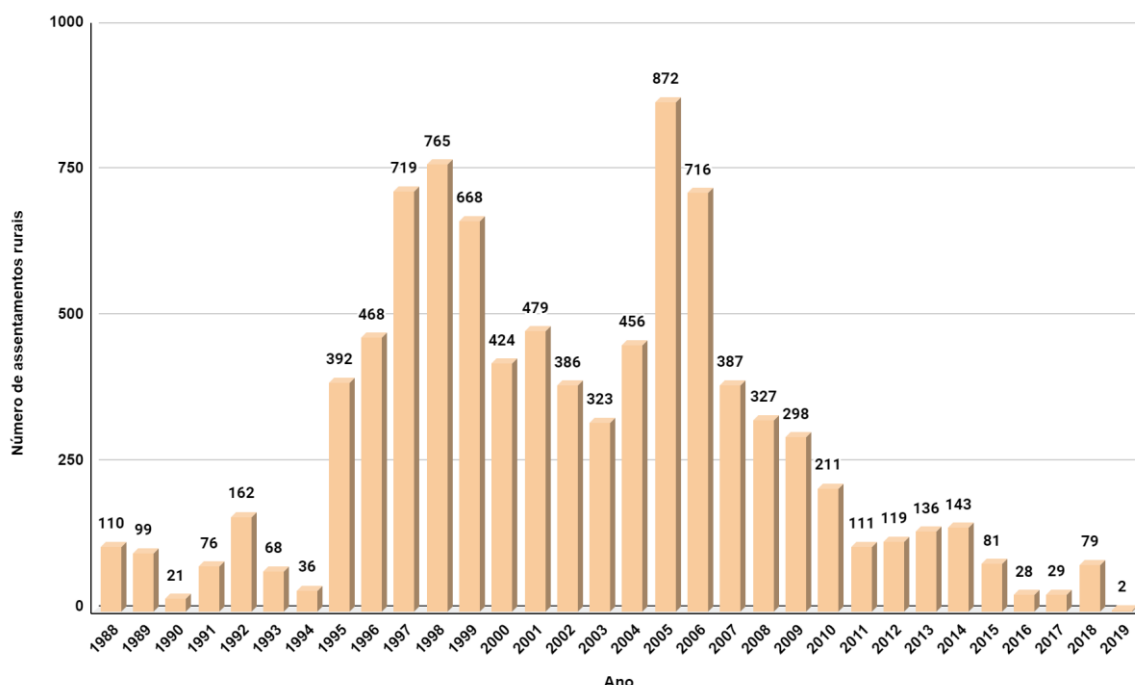
A opção política do governo Lula de não fazer a reforma agrária por meio da desapropriação, e sim, principalmente, por meio da regularização fundiária, gerou um problema para os movimentos camponeses que mais atuam nas ocupações de terra [...] A predominância da criação de assentamentos por meio da regularização fundiária fez com que o tempo de acampamento das famílias aumentasse consideravelmente. Sem conquistas, muitas famílias abandonam os acampamentos, o que diminui a pressão contra o governo.

Com o fim do governo Lula e a eleição de Dilma, aliada política do ex-presidente, ficou destacada a continuidade dos planos que foram idealizados nos anos liderados por Luiz Inácio. Porém, na gestão Dilma o pouco de reforma agrária que era realizada até então passou por um processo de enfraquecimento e, conforme o Gráfico 1, o número de assentamentos criados tornou-se menor.

No primeiro ano do seu segundo mandato (2015), Dilma não havia realizado nenhuma desapropriação, mas no ano seguinte, a presidenta assinou 21 decretos desapropriatórios, uma área pouco maior que 35 mil hectares. Pode-se elencar que essa

estratégia se configurou como uma tentativa de reaproximação aos movimentos sociais do campo, pois, o processo de *impeachment* já estava em discussão no âmbito do legislativo e, diferente do seu antecessor, a presidenta deixou a ideia da redistribuição de terras de lado o que provocou o descontentamento dos movimentos sociais.

Gráfico 1 – Número de assentamentos rurais criados (1988-2019)



Fonte: Adaptado pelos autores com informações do DATALUTA e INCRA (2023).

Através da análise dos dados do Gráfico 1, é possível enxergar que, durante o período de 1988 a 2019, o governo que mais criou assentamentos rurais foi o de Lula durante o seu primeiro mandato. Todavia, mesmo durante sua gestão, a criação de assentamentos teve uma queda, enquanto os anos geridos pela presidenta Dilma, demonstrou manter-se linear até o início de seu segundo mandato.

O cenário político brasileiro durante os governos mencionados (FHC, Lula e Dilma), demonstrou que a elite agrária brasileira já se articulava em busca da garantia da predominância latifundiária e que os governos se mantiveram alheios a situação, perpetuando o domínio da burguesia agrária. Após o golpe que tornou Temer presidente, o Brasil se encontrava sob a responsabilidade de um dos piores gestores para a classe trabalhadora e, especificamente para o campo, os projetos de implementação da reforma

agrária nacional foram acometidos por processos que perpetuaram a concentração da terra, a renda e a riqueza no campo brasileiro.

Mesmo que tenha sido empossado como presidente somente em agosto de 2016, Michel Temer já ocupava a função de presidente da república desde maio do mesmo ano, devido ao afastamento de Dilma. Com ele à frente do governo, eclode uma nova aliança com o agronegócio, que pode ser demonstrada a partir da extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o cancelamento de demarcações e desapropriações de terras indígenas, quilombolas e para fins de reforma agrária.

As implicações deste governo no desenvolvimento do campo brasileiro não foram somente essas. Temer foi ainda mais longe do que o esperado, as ações já citadas foram apenas as primeiras reivindicações propostas pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) que o governo acatou. Ainda em 2016, a FPA e o Instituto de Pensar Agropecuária (IPA), publicaram a chamada “Pauta Positiva - Biênio 2016-2017” assinado por mais de 30 associações relacionadas ao agronegócio. O documento, apresenta-se como uma carta de descontentamento com o governo Dilma ao mesmo tempo que faz exigências para que o novo presidente derrube os entraves para o desenvolvimento das capacidades produtivas do setor.

Como forma de materializar os pedidos da pauta foram utilizados mecanismos institucionais para sua viabilização, que foi o Acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) nº 775/2016, que determinou a suspensão da concessão de benefícios da reforma agrária e a atualização da Pauta de Valores da Terra Nua, o que eleva o valor das propriedades privadas que seriam adquiridas pela União e destinadas a desapropriações.

As reformas administrativas que aconteceram no Estado desde 2016 evidenciaram a significativa mudança na direção das prioridades do governo. Os estudos observaram que durante o período de liderança de Temer as atividades de reforma agrária foram, basicamente, a emissão de Títulos de Domínio (TD) da área que garante ao beneficiário o status de proprietário do território e que ele pode usá-lo para o que bem entender sem interferência do INCRA. Ou seja, o imóvel sobre o qual o TD é emitido perde a responsabilidade da autarquia e passa a ser propriedade privada.

Assim, a reforma agrária deixa de ser uma política de reorganização da estrutura fundiária e da produção agrícola do país, e torna-se uma limitada política de emissão de títulos, enquanto o agronegócio propaga a narrativa de que os assentamentos representam uma ameaça à propriedade privada. E, assim como terras indígenas e

territórios quilombolas, assentamentos rurais são obstáculos que precisam ser erradicados para o desenvolvimento do agronegócio.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a questão agrária no Brasil, desde o período colonial está relacionada aos interesses das classes dominantes, assim como às prioridades do Estado. Neste trabalho é possível compreender como foi a inserção da política fiscal na política de reforma agrária, apesar do conceito de realização de reforma agrária ser além da destinação de terras, a análise histórica do tema permite evidenciar que, no país, a criação de assentamentos rurais se tornou sinônimo de realização da reforma agrária, não uma prática, necessária, para sua execução.

Outra compreensão que pode ser destacada é que sem a pressão dos movimentos sociais e a participação popular no debate, a reforma agrária permanecerá como um sonho distante na qual o governo buscará driblá-la para não entrar em confronto com latifundiários e empresários do meio rural. Nota-se também que o enfraquecimento da pressão sob o governo, atrelado ao autoritarismo da gestão, reduz de forma significativa a realização de melhorias sociais, pois o Estado faz uso de instrumentos e mecanismos legítimos para validar suas ações, e até mesmo impedir a possibilidade de execução de suas metas.

Por fim, pode-se afirmar que as ações realizadas pelo Estado em favor da reforma agrária, foram feitas de formas pontuais e programadas nos governos que foram empossados através de eleições democráticas, mantendo uma boa relação entre o governo e sociedade civil, enquanto o último governo apresentado não buscou gerir a nação através do diálogo e a participação popular.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti. Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. *In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL*, 2018, Vitória/ES. **Anais [...]**. Brasília/DF: CFESS/ABPESS, 2018.

BRASIL. **Coleção das Leis de 1985**. Brasília/DF: Departamento de Imprensa Nacional, v. VIII, Parte II, 1985.

BRASIL. **Coleção das Leis de 1987**. Brasília/DF: Departamento de Imprensa Nacional, v. VII, Parte I, 1987.

BRASIL. **[Constituição (1998)]**. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1998, compilado até a Emenda Constitucional nº 116/2022. Brasília/DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural**. Brasília: MDA, INCRA, 2003. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nac_reforma_agraria_2.pdf. Acesso em: 9 abr. 2024.

BRUNO, Regina. Revisitando a UDR: ação política, ideologia e representação. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo/SP, n. 40, p. 69-89, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/download/72151/75386/96701>. Acesso em: 30 mar. 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro/RJ: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo/SP: Expressão Popular, 2012. p. 498-502.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Reforma agrária no governo Lula: a esperança**. [s. l.], 2003. Disponível em: https://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/LULA_RA.pdf. Acesso em: 18 jun. 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Revista Osal**, Buenos Aires, v. 9, n. 24, 2008.

INSTITUTO PENSAR AGROPECUÁRIA; FRENTE PARLAMENTAR MISTA DA AGROPECUÁRIA. Pauta positiva: biênio 2016/2017. Brasília, 2016.

LOUREIRO, Maria Rita. Instituições, política e ajuste fiscal: o Brasil em perspectiva comparada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo/SP, v. 16, p. 75-96, 2001.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A questão agrária brasileira: da Colônia ao governo Bolsonaro**. 1. ed. São Paulo/SP: Expressão Popular, 2022.

MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista Nera**, São Paulo/SP, n. 8, p. 151-172, 2012.

PAULANI, Leda Maria. Uma ponte para o abismo. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murito (Orgs.). **Por que gritamos golpe?: Para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo/SP: Boitempo, 2016.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO – PMDB. **Uma ponte para o futuro**. Brasília/DF: Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3359700/mod_resource/content/0/Brasil%20-%20Uma%20ponte%20para%20o%20futuro%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Ulysses%20Guimar%C3%A3es.pdf. Acesso em: 18 jun. 2023.

SAURIN, Valter; PEREIRA, Breno Augusto D. O programa nacional de desestatização: aspectos relevantes da política de privatização. **Ciências da Administração**, v. 1, p. 43-59, 1998.

SOBREIRO FILHO, José; GIRARDI, Eduardo Paulon (coord.). **Relatório DATALUTA Brasil**. 21. ed. Presidente Prudente/SP: NERA, 2020.

Capítulo 2
DEZ ANOS DA LEI DAS COTAS UNIVERSITÁRIAS NO
BRASIL: UMA AVALIAÇÃO A PARTIR DA EVASÃO
INSTITUCIONAL

Diogo Teodoro
Rogério da Silva Nunes

DEZ ANOS DA LEI DAS COTAS UNIVERSITÁRIAS NO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO A PARTIR DA EVASÃO INSTITUCIONAL

Diogo Teodoro

*Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária na
Universidade Federal de Santa Catarina
diogoteodoro1991@gmail.com*

Rogério da Silva Nunes

*Doutorado em Administração e Professor Titular da Universidade Federal de Santa
Catarina
rogerio.sn@ufsc.br*

RESUMO

O artigo procura analisar o desempenho dos estudantes cotistas e de ampla concorrência em uma universidade pública federal do Brasil, comparando ingresso e evasão institucional durante a vigência da política de cotas (Lei n. 12.711/2012). Estabeleceu-se como objetivo geral comparar o desempenho dos estudantes ingressantes no período 2013 a 2022. Trata-se de um estudo de caso, de natureza aplicada, que contemplou uma análise quantitativa no tratamento dos dados coletados, estratificados de acordo com as cotas previstas na legislação brasileira, e coleta de documentos institucionais, a fim de obter informações com relação aplicação da política de reserva de vagas. Os resultados permitiram compreender a complexidade fenômeno e observar o comportamento através de uma série histórica no período 2013 a 2022, descrevendo o comportamento dos diferentes grupos ingressantes na instituição no período analisado e discutindo a necessidade de revisão na legislação, contemplando a necessidade de inclusão de outros grupos na legislação.

Palavras-chave: evasão; avaliação; política de cotas.

ABSTRACT

The article seeks to analyze the performance of quota and broad competition students at a federal public university in Brazil, comparing institutional admission and dropout during the validity of the quota

policy (Law n. 12,711/2012). The general objective was to compare the performance of incoming students in the period 2013 to 2022. This is a case study, of an applied nature, which included a quantitative analysis in the treatment of collected data, stratified according to the quotas provided for in the Brazilian legislation, and collection of institutional documents, in order to obtain information regarding the application of the vacancy reservation policy. The results made it possible to understand the complexity of the phenomenon and observe the behavior through a historical series in the period 2013 to 2022, describing the behavior of the different groups entering the institution in the analyzed period and discussing the need for revision in the legislation, contemplating the need to include others groups in legislation.

Keywords: evasion; assessment; quota policy.

1. INTRODUÇÃO

Na década de 1980, a promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988) viabilizou as discussões em torno da democratização do acesso e permanência nas universidades, com intuito de obter condições mais justas de acesso na Educação Superior brasileira, desta maneira a constituição de 1988 simbolizou um marco nas garantias dos direitos sociais relativos ao saber, promovendo a expansão do conhecimento científico (DUTRA; SANTOS, 2017).

No entanto, segundo Marcelino e Gonçalves (2021, p. 2) a *"democratização somente se consolida, a partir do momento que contempla a diversidade, ampliando as oportunidades de acesso e permanência aqueles que, historicamente tem este acesso negado"*. Portanto, são necessárias políticas públicas para amenizar a desigualdade social presente no Brasil.

As políticas de ações afirmativas têm como objetivo reparar as discriminações sociais, raciais e étnicas acumuladas ao longo dos anos, proporcionando representatividade aos grupos minoritários e, portanto, têm natureza temporária e reparatória, pois cessarão quando as metas forem atingidas (DÁRIO, 2017).

Conforme Guarnieri e Melo-Silva (2007, p. 70) *"as Ações Afirmativas podem ser compreendidas como medidas de caráter social que visam à democratização do acesso a meios fundamentais – como emprego e educação – por parte da população em geral"*. Proporcionando condições de igualdade aos grupos minoritários e consequentemente

viabilizando a inclusão social, tendo como objetivo reparar as discriminações sociais, raciais e étnicas acumuladas ao longo dos anos (MARCELINO; GONÇALVES, 2021)

A obrigatoriedade do sistema de cotas para ingresso nas universidades federais ocorreu em 2012 a partir da Lei n. 12.711/2012, que determina que em cada processo seletivo para ingresso, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas sejam reservadas para estudantes que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas, considerando ainda as condições de renda per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo e as condições étnico-raciais (BRASIL, 2012).

As políticas públicas na educação superior buscam igualdade de oportunidade entre os estudantes, procurando reduzir situações de evasão e reprovação. Desta maneira, conforme Lima e Ferreira (2016, p.117) *"[...] a avaliação de políticas e programas sociais torna-se relevante para o planejamento e a gestão governamental"*. Também cabe ressaltar que a lei de cotas prevê uma revisão dez anos após o início de sua vigência, a fim de avaliar a permanência da desigualdade socioeconômica e étnico-racial na educação superior. (BRASIL, 2012)

Diante do exposto, e considerando a necessidade da avaliação das políticas públicas na educação superior, o trabalho procura avaliar o desempenho dos estudantes cotistas e de ampla concorrência na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) durante a vigência da política de cotas (Lei n. 12.711/2012). Há, assim, a preocupação em comparar o desempenho dos estudantes ingressantes no período 2013 a 2022, classificando a forma de ingresso e descrevendo a evasão.

2. AÇÕES AFIRMATIVAS

Para entender o termo ação afirmativa, é necessário analisar os conceitos estabelecidos pelos autores. Para Guarnieri e Melo-Silva (2007, p. 70):

As Ações Afirmativas podem ser compreendidas como medidas de caráter social que visam à democratização do acesso a meios fundamentais – como emprego e educação – por parte da população em geral. O principal objetivo destas medidas consiste em promover condições para que todos na sociedade possam competir igualmente pela conquista de tais meios.

Para Feres Júnior et al. (2018, p.2) ação afirmativa é:

[...] todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo. Etnia, raça, classe, ocupação, gênero, religião e castas são as categorias mais comuns em tais políticas. Os recursos e oportunidades distribuídos pela ação afirmativa incluem participação política, acesso à educação, admissão em instituições de ensino superior, serviços de saúde, emprego, oportunidades de negócios, bens materiais, redes de proteção social e reconhecimento cultural e histórico.

Na Coleção Educação para Todos, lançada pelo Ministério da Educação e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), conceitua o termo como sendo:

[...] medidas especiais e temporárias que, buscando remediar um passado discriminatório, objetivam acelerar o processo de igualdade, com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos vulneráveis, como as minorias étnicas e raciais, as mulheres, dentre outros grupos. (SANTOS, 2007, p. 40)

Diante do exposto, verifica-se que a política de ações afirmativas tem natureza social visto que propõem popularizar o alcance de parte da população aos meios fundamentais, como educação, política, saúde e trabalho, assegurando inclusão social e buscando reparar abismos sociais, étnicos e raciais presentes na sociedade (GUARNIERI; MELO-SILVA, 2007).

Portanto, são medidas temporárias e compensatórias, uma vez que buscam acelerar o processo de igualdade dos grupos vulneráveis e que cessarão quando os objetivos forem atingidos, com intuito de *"remediar as desvantagens históricas, aliviando o passado discriminatório sofrido por este grupo social"* (SANTOS, 2007, p. 41).

Conforme Godoi e Santos (2021) a discussão em relação a cotas na educação superior no Brasil teve início com o Projeto de Lei n. 3.627/2004 (BRASIL, 2004), que reservava 50% das vagas em instituições públicas de educação superior a estudantes egressos de escola pública, preenchidas por uma parcela mínima de *"autodeclarados negros e indígenas igual à proporção de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE"* (BRASIL, 2004).

O referido projeto de lei institui reserva de vagas para estudantes que tenham cursado o ensino médio em escola pública e em especial para pessoas negras e indígenas nas instituições públicas federais de Educação Superior. A priorização étnica desses povos se dá pela justificativa de que as vagas não são preenchidas por negros e membros das comunidades

indígenas em função de insuficiências circunstanciais desses grupos. (GUARNIERI; MELO-SILVA, 2007, p. 70)

A proposta do Projeto de Lei n. 3.627/2004 (BRASIL, 2004) tinha como finalidade *"inserir subcotas étnico-raciais no contexto mais geral de cotas sociais"* (GODOI; SANTOS, 2021, p. 17) e foi aprovada pelo Congresso Nacional em 2012. Desta maneira, a aprovação da Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, caracterizou um marco histórico para o Brasil em relação as ações afirmativas pois, apesar de não ser inédita, a lei promoveu a unificação dos critérios e tornou compulsória implantação da política de cotas na educação superior pública (GODOI; SANTOS, 2021).

3. A LEI N. 12.711/2012 E O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA

A política de cotas na educação superior no Brasil foi consolidada nacionalmente com a aprovação da Lei n. 12.711/2012 (BRASIL, 2012). Embora seja referida como a lei das cotas raciais na universidade, a reserva de vagas não ocorre a rigor de maneira pura ou primordial por critérios étnico-raciais e sim, *a priori*, por critérios socioeconômicos (candidato que tenha cursado integralmente o ensino médio em escola pública) e posteriormente fatores raciais (GODOI; SANTOS, 2021).

Cabe destacar que a inclusão da reserva de vagas para pessoas com alguma deficiência ocorreu somente a partir de 28 de dezembro de 2016, por meio da Lei n. 13.409/2016, que *"Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino"* (BRASIL, 2016).

A lei de cotas, estabelece que as instituições federais de educação superior devem determinar no mínimo 50% de suas vagas em cada processo seletivo, por curso e turno, para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2012). Além disso, 50% dessas vagas deverão ser destinadas a *"estudantes cuja família tenha renda per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo; os outros 50% das vagas são reservadas para estudantes cuja família tenha renda per capita superior àquele limite"* (GODOI; SANTOS, 2021, p. 13).

Acrescenta-se que as vagas de cada IES direcionadas aos estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, devem ser:

[...] preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (BRASIL, 2012, Art. 3)

De acordo com Godoi e Santos (2021), as políticas de ações afirmativas têm caráter temporário e provisório, sendo que para Dário (2017) as mesmas irão acabar quando objetivo de reparar as discriminações sociais, raciais e étnicas acumuladas ao longo dos anos forem atingidas, assegurando representatividade dos grupos vulneráveis.

À vista disso, o legislador federal impôs no prazo de dez anos a contar da vigência da lei, que:

[...] será promovida a revisão do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. (BRASIL, 2012, Art. 7)

4. A EVASÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A expansão da educação superior brasileira ocorre mediante a criação programas governamentais que visam atender a Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, de duração decenal, que estabelece as metas educacionais do Plano Nacional da Educação (PNE), entre as metas para a educação superior se destaca:

[...] elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. (BRASIL, 2014, n.p)

Conforme Lima e Zago (2018), para atingir as metas estabelecidas no PNE o governo vem implementando consecutivas políticas públicas que visam a ampliação do acesso a educação superior, tais como

- Programa Universidade para Todos (Prouni), concebido em 2005;
- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das universidades Federais (REUNI), concebido em 2007;
- Sistema de Seleção Unificada (SiSU), concebido em 2010;

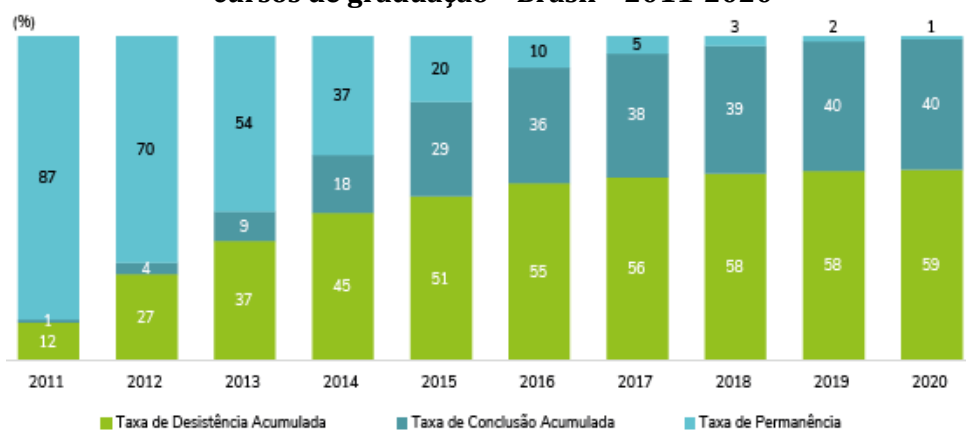
- Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), concebido em 2010; e
- Lei de cotas, criada em 2012.

As respectivas políticas públicas têm contribuído de maneira relevante para a ampliação do acesso a educação superior, pois de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no Brasil, *"o número de ingressantes, parte de um total de 2.346.695, em 2011, e alcança o número de 3.765.475, em 2020 (crescimento de 60,5% no período)"* (INEP, 2021, p. 21).

Convém ressaltar que os programas governamentais propõem não somente a ampliação do acesso, mas a permanência na educação superior, buscando combater a evasão e a reprovação (DÁRIO, 2017).

No Brasil, segundo o INEP (2021), apresentado na Figura 1, *"ao final de dez anos de acompanhamento, 40% dos ingressantes em 2011 concluem seu curso de ingresso, 59% desistem e 1% nele permanece"* (INEP, 2021, p. 46). Portanto, para Lima e Zago (2018, p. 368) *"Apesar de mais estudantes adentrarem o ambiente universitário anualmente, verificamos que há uma dissonância histórica entre o acesso e a conclusão [...]".* Assim, verifica-se que a evasão nas IES representa uma problemática relevante na atualidade.

Figura 1 - Evolução média dos indicadores de trajetória dos ingressantes de 2011 em cursos de graduação – Brasil – 2011-2020



Fonte: INEP (2021, p. 46)

A evasão estudantil na educação superior acontece por diferentes motivos, o que torna o tema extremamente complexo de ser estudado, entre os impasses está a definição teórica, visto que não existe um consenso entre os pesquisadores acerca do conceito de evasão (LIMA; ZAGO, 2018).

Segundo Walter (2016) a evasão é conceituada como o abandono dos alunos que se matricularam nos cursos e não cumpriram todos os requisitos necessários para concluir os cursos dentro do prazo previsto. Desse modo, para Walter (2016) a definição de evasão contempla os estudantes jubilados, em situações de abandono e os desistentes, visto que a principal finalidade não foi atingida, que neste caso é a conclusão do curso.

Conforme Scremin (2008, p. 65) a evasão estudantil pode ser entendida como “[...] a saída do discente da instituição, ou de um de seus cursos, temporária ou definitivamente, por qualquer motivo, exceto a diplomação”. Portanto, determina que a evasão temporária do estudante ocorre por trancamento formal do curso e a evasão definitiva pode acontecer por meio de:

Abandono: quando o aluno não comparece a matrícula e nem requer o trancamento;

Desistência: é o desligamento do curso em que o aluno está matriculado, mediante pedido formal;

Transferência externa: quando o aluno é desligado da instituição, mediante pedido formal, com finalidade de ingressar em outra instituição. (SCREMIN, 2008, p. 66)

Em vista disso, é essencial diferenciar e entender os conceitos de abandono e evasão:

O abandono ocorre quando o aluno interrompe os estudos durante o ano letivo e os retoma no ano seguinte. É, portanto, diferente da evasão, a qual se caracteriza quando o aluno pára de estudar. As estatísticas oficiais classificam como evasão as duas situações (abandono e evasão), pois são calculadas a partir da diferença entre o número de matrículas no início e no fim do ano. (ABRAMOVAY; CASTRO, 2003, p. 529)

No Brasil, os estudos sobre evasão se fortaleceram a partir de 1995, quando a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto (SESu/MEC) instituiu a Comissão Especial para o Estudo da Evasão tendo como um dos objetivos “aclarar o conceito de evasão, considerando suas dimensões concretas: a evasão de curso, de instituição e do ensino superior” (BRASIL, 1996, p. 7).

A Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras definiu evasão dos cursos de graduação como “a saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo” (BRASIL, 1996, p. 15). No entanto, para Lima e Zago (2018) este ponto de vista não retrata o fenômeno da evasão em todos os cenários, de modo que a saída do discente pode ocorrer na perspectiva do curso, da instituição e do sistema educacional.

Diante disso, a comissão responsável por estudar a evasão no Ensino Superior brasileiro, conceituou a evasão em três níveis ou modalidades:

evasão de curso: quando o estudante desliga-se do curso superior em situações diversas tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional;

evasão da instituição: quando o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado;

evasão do sistema: quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior. (BRASIL, 1996, p. 16)

5. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho pode ser considerado como uma pesquisa aplicada, que objetiva "*gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos*" (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35) e de natureza descritiva, pois pretende descrever as particularidades de determinada população ou, então, determinar uma relação entre variáveis (GIL, 2007).

No tocante aos meios, trata-se de um estudo de caso, com coleta na base de dados do Sistema de Controle Acadêmico da instituição (CAGR) e acesso a documentos referentes à adesão e aplicação da legislação no período 2013 a 2022.

Levando em conta o período em análise e a legislação, o modo de ingresso apresentado pela instituição está apresentado no

Quadro 1. Assim, discentes da classificação geral serão única forma de ingresso não cotista, chamados de ampla concorrência.

Quadro 1 – Classificação da forma de ingresso em relação a política de cotas

Forma de ingresso	Categoria de agrupamento
Classificação geral	Ampla concorrência
Renda acima de 1,5 Salários Mínimos - PPI (Pretos, Pardos e Indígenas)	Cotista
Renda acima de 1,5 Salários Mínimos – Outros	
Renda até 1,5 Salário Mínimo - PPI (Pretos, Pardos e Indígenas)	
Renda até 1,5 Salário Mínimo – Outros	

Fonte: elaborado pelos autores.

A população do estudo foi composta pelos discentes dos cursos de graduação presencial da instituição, ingressantes através de concurso vestibular no período 2013 e 2022. A limitação no período de análise ocorre em decorrência do previsto na Lei n.

12.711, de 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012), que tornou obrigatórias a adoção de cotas efetivas aos ingressantes nas universidades a partir de 2013.

Em relação ao escopo geográfico da pesquisa, foi considerado a população dos cinco campi da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), distribuídos nas cidades de Araranguá, Blumenau, Curitibanos, Florianópolis e Joinville.

Dessa maneira, para avaliar aplicação da legislação foi necessário padronizar algumas informações. Portanto, não foi considerada a inclusão da reserva de vagas para pessoas com deficiência que ocorreu a partir de 28 de dezembro de 2016, por meio da Lei n.º 13.409, que "*Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino*" (BRASIL, 2016). Também não foram considerados os cursos oferecidos na modalidade a distância (EaD), pois não há regularidade na oferta com vestibulares anuais.

No que se refere à situação acadêmica, os dados disponibilizados pelo CAGR separam os discentes nas seguintes categorias: jubilado, transferido, abandono, desistência, falecido, eliminado, troca de curso, trancado, regular e formado.

De acordo com o

Quadro 2, adota-se como evasão a desistência do estudante de frequentar a instituição, quer seja por desistência, abandono, transferência ou jubramento. Ou seja, qualquer outro fator que acarrete na saída do estudante da instituição, exceto por diplomação, está sendo caracterizada como evasão, seja ela temporária ou definitiva.

Quadro 2 - Categorias de agrupamento das situações acadêmicas.

Situação acadêmica	Categoria de agrupamento
Jubilado	Evadido
Transferido (transferência externa)	
Abandono	
Desistência	
Falecido	
Eliminado	
Trancado	
Troca de curso (transferência interna)	Ativo
Regular	
Formado	

Fonte: elaborado pelos autores.

Na análise da coleta, buscou-se mensurar as informações obtidas junto ao CAGR. De acordo com Gressler (2003, p. 183) *"após a coleta, os dados devem ser apresentados de forma objetiva, exata, clara e logicamente interligada. Os mesmo podem ser elaborados e classificados de forma sistemática"*. Portanto, os dados coletados foram selecionados, codificados e tabulados.

Os dados primários coletados no CAGR foram manipulados em planilhas no *software* Excel, para facilitar a interpretação mediante a utilização de gráficos e técnicas estatísticas.

6. RESULTADOS

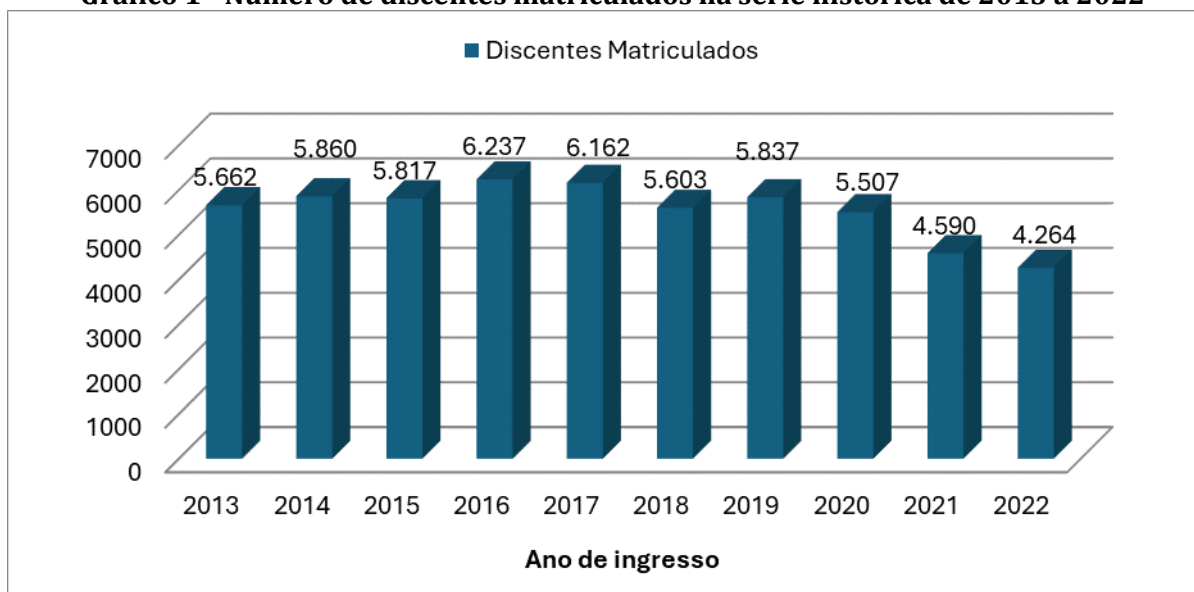
Por meio da coleta de dados do CAGR, foram analisadas as informações relativas ao ingresso e à evasão institucional dos discentes da Universidade Federal de Santa Catarina.

6.1 ANÁLISE DOS DISCENTES INGRESSANTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A coleta permite estabelecer uma série histórica dos discentes ingressantes entre 2013 e 2022, conforme mostra o

Gráfico 2. É possível observar uma redução nas matrículas entre 2020 e 2022, período atípico em que houve uma série de medidas de enfrentamento à pandemia de Covid-19.

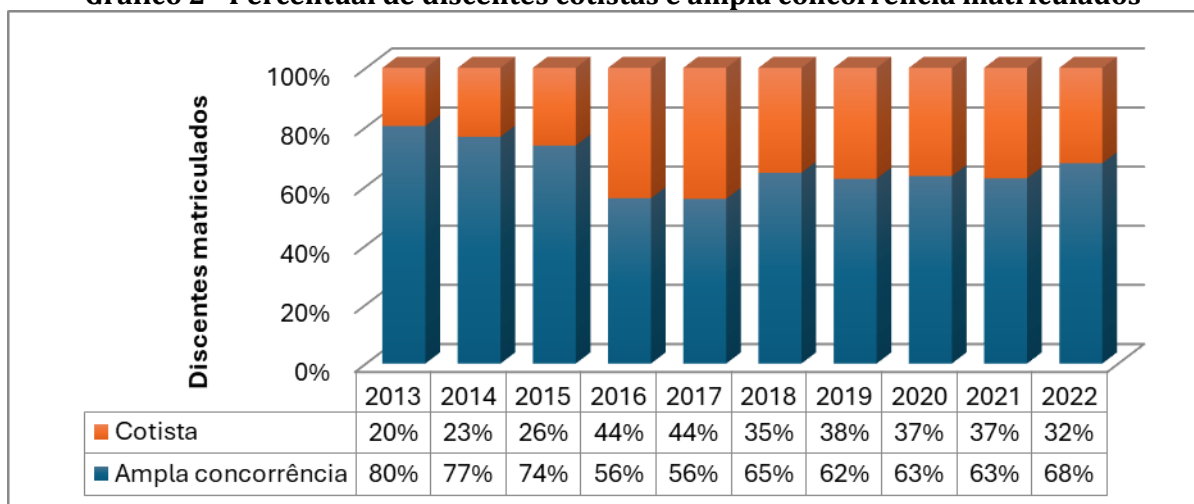
Gráfico 1 - Número de discentes matriculados na série histórica de 2013 a 2022



Fonte: elaborado pelos autores.

Os ingressantes através do vestibular dividem-se de acordo com a política de cotas (Lei n.º 12.711/2012), ou seja, ampla concorrência e cotistas. Assim, o Gráfico 2 mostra a variação percentual dos matriculados em tais categorias.

Gráfico 2 - Percentual de discentes cotistas e ampla concorrência matriculados



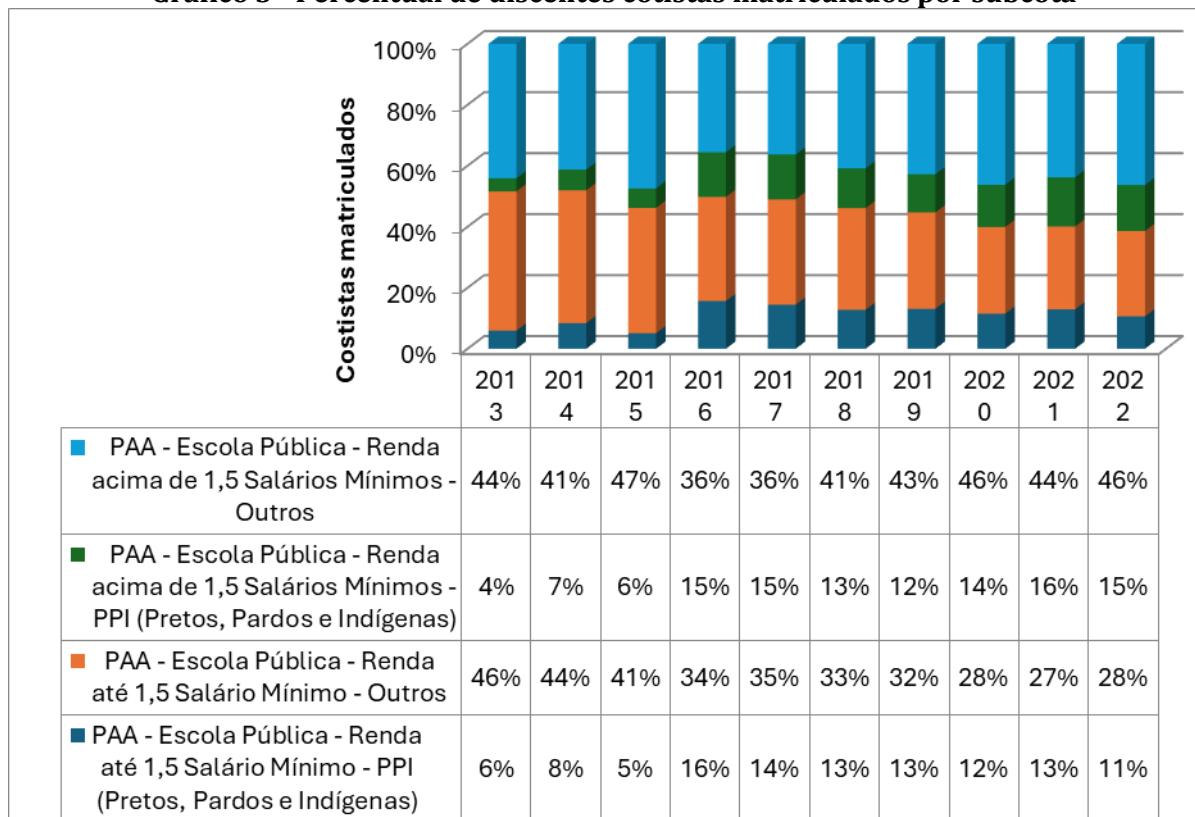
Fonte: elaborado pelos autores.

Conforme o

Gráfico 2, a partir da implementação da Lei n.º 12.711/2012 (BRASIL,2012), ocorreu um aumento percentual no número de cotista matriculados durante os dez anos de vigência da legislação, partindo 20% (2013) e chegando a 32% (2022).

A legislação divide os cotistas, *a priori*, por critérios socioeconômicos e, a seguir, por fatores raciais. Assim, o Gráfico 3 apresenta o ingresso dos estudantes em cada uma das subcotas, permitindo verificar o perfil dos ingressantes na instituição.

Gráfico 3 - Percentual de discentes cotistas matriculados por subcota



Fonte: elaborado pelos autores.

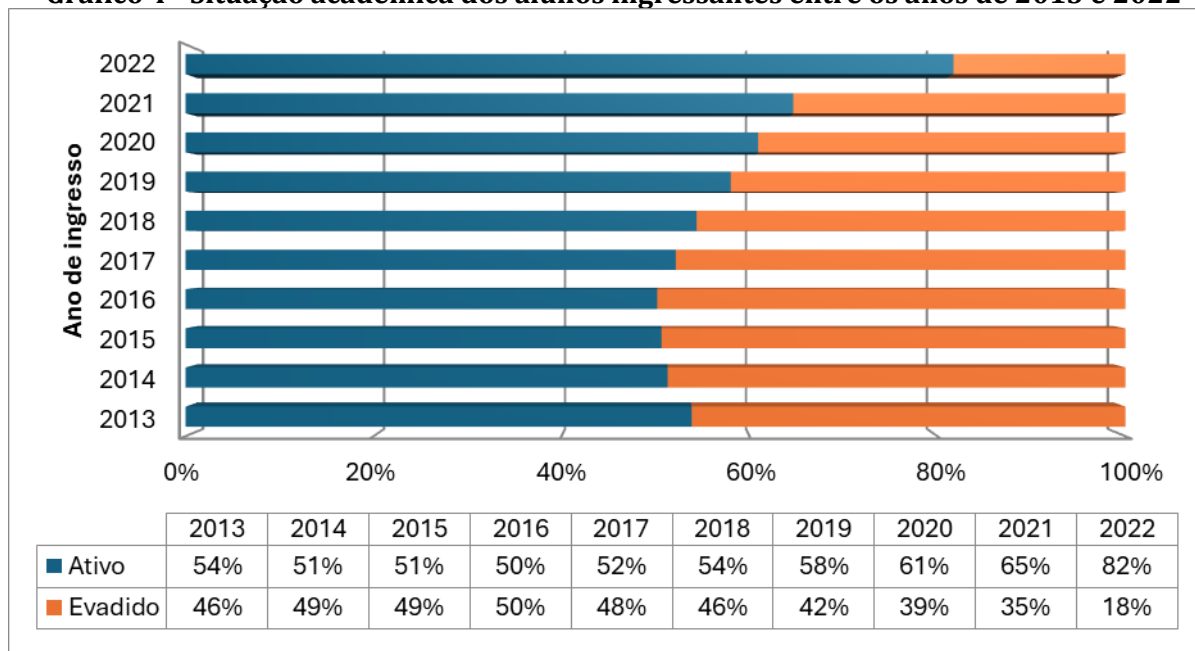
É possível observar no Gráfico 3 que ocorreu um aumento de ingressantes nas cotas que consideram pretos, pardos ou indígenas (PPI), sendo que em 2013 representavam um percentual de 10% dos matriculados, aumentando para 26% em 2022. No entanto, apenas 11% dos alunos PPI apresentam renda per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo.

Cabe acrescentar que, segundo o Gráfico 3, ocorreu uma redução dos matriculados com renda *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo, visto que na implementação da política de cotas correspondiam a 52% e após os dez anos da lei das cotas universitárias refletem 39% dos ingressantes.

6.2 ANÁLISE DA EVASÃO INSTITUCIONAL

Com os dados coletados do CAGR analisou-se o índice de evasão institucional acumulada entre os anos de 2013 e 2022. No Gráfico 4 é possível observar o percentual de estudantes que evadiram em relação ao ano de ingresso.

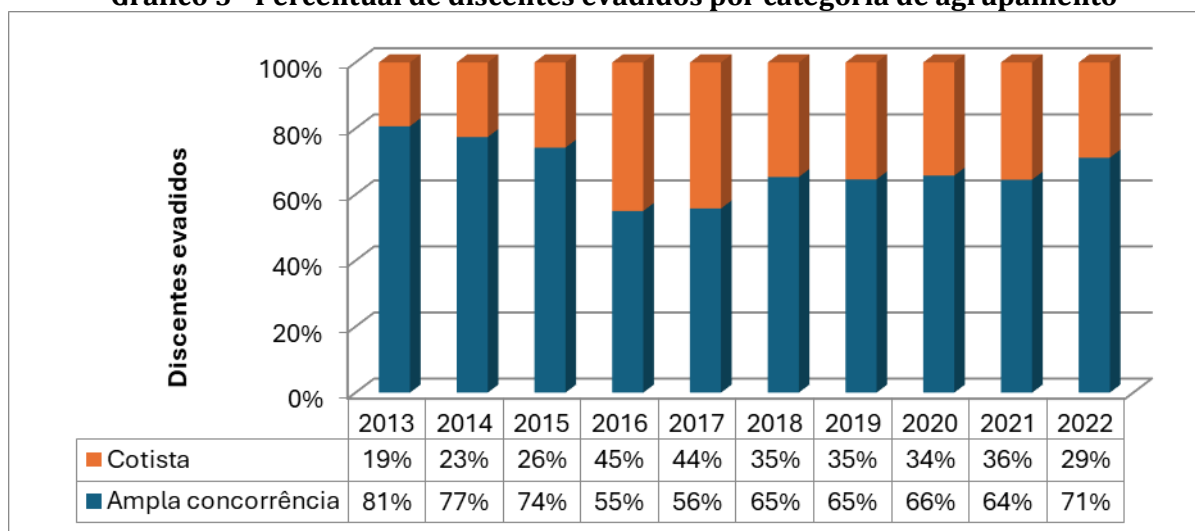
Gráfico 4 - Situação acadêmica dos alunos ingressantes entre os anos de 2013 e 2022



Fonte: elaborado pelos autores.

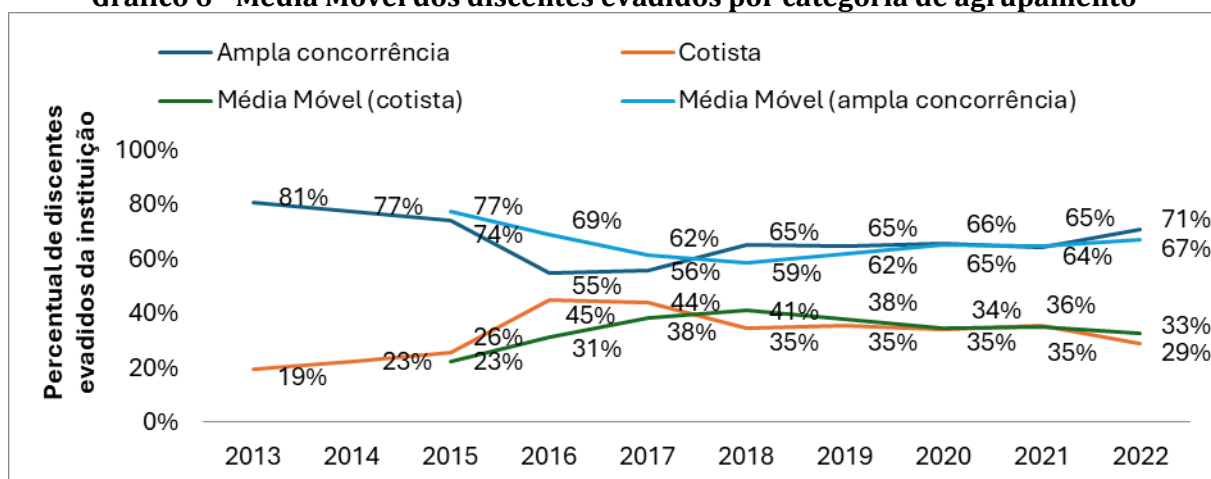
Observa-se no Gráfico 4 que o índice acumulado de evasão dos cursos de graduação presencial da instituição é significativo e representa aproximadamente a metade dos ingressantes em cada ano. Também é possível observar que a evasão é menor para ingressantes a partir de 2019, uma vez que a maioria dos estudantes estão ainda dentro dos períodos mínimos de integralização médios dos cursos que corresponde a 4,0 anos para a licenciatura e 4,6 anos para o bacharelado (INEP, 2021).

O Gráfico 5 tem a intenção de compreender a representatividade de cada categoria de agrupamento dentro da evasão acumulada da instituição. O maior período de evasão para os estudantes cotistas está nos ingressantes de 2016 e 2017, que representam respectivamente 45% e 44%. Acrescenta-se, ainda, que a série histórica mostra o aumento da evasão de 19% em 2013 para 29% em 2022.

Gráfico 5 - Percentual de discentes evadidos por categoria de agrupamento

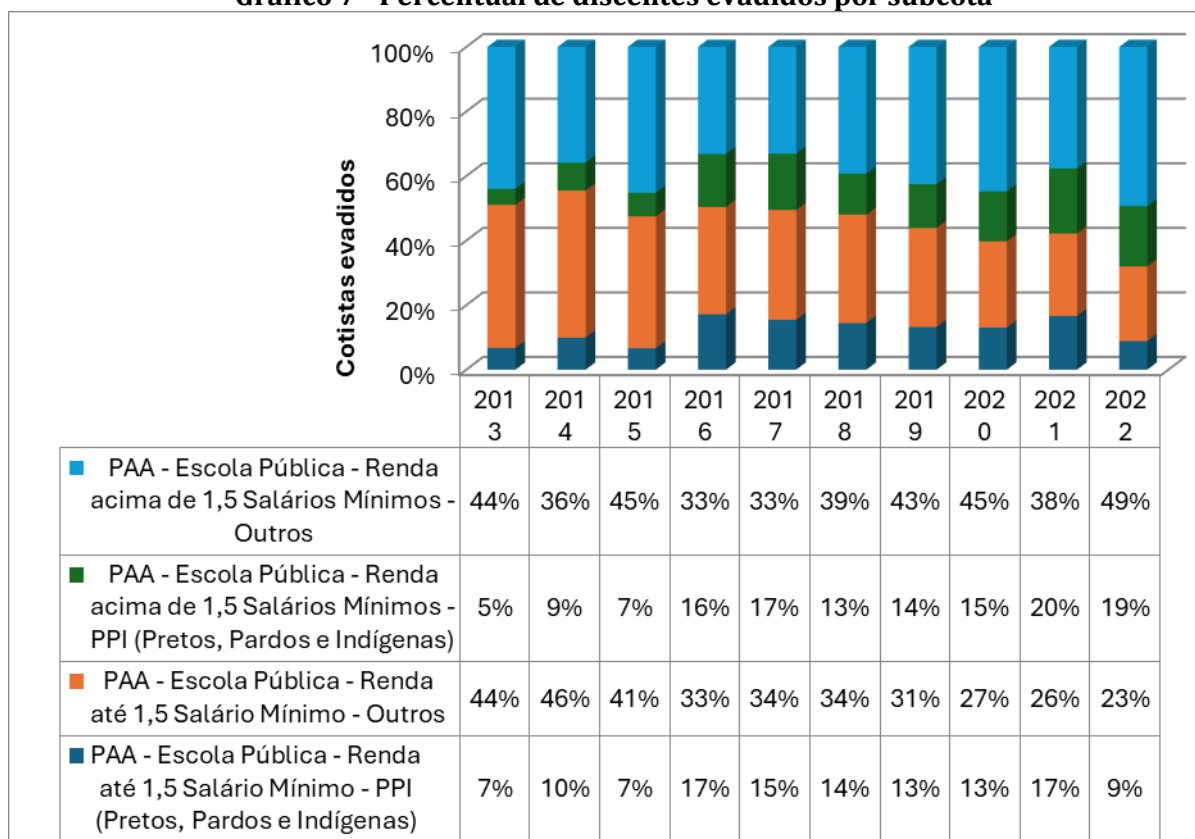
Fonte: elaborado pelos autores.

No Gráfico 6, foi calculada a média móvel dos últimos três períodos para as categorias cotistas e ampla concorrência, com a intenção de comparar a evasão dos dois grupamentos e identificar alguma tendência ao longo do tempo.

Gráfico 6 - Média Móvel dos discentes evadidos por categoria de agrupamento

Fonte: elaborado pelos autores.

Diante da problemática da evasão, o Gráfico 7 apresenta como se distribui o fenômeno entre os discentes cotistas.

Gráfico 7 - Percentual de discentes evadidos por subcota

Fonte: elaborado pelos autores.

Observa-se no Gráfico 7, que a evasão está presente de maneira significativa para estudantes de escola pública com renda per capita superior a 1,5 salários mínimos que não sejam PPI, com média acumulada de 41%. Além disso, a subcota de escola pública com renda per capita acima de 1,5 salários mínimos para PPI revela um aumento de quatorze pontos percentuais, sendo o maior acréscimo de evasão da série histórica.

No Gráfico 7, a subcota de escola pública com renda per capita igual ou inferior ao 1,5 salários mínimos que não sejam PPI indica uma redução de vinte um pontos percentuais, sendo a redução mais significativa, porém ocorre de maneira gradual.

Por fim, percebe-se que as subcotas raciais evidenciam uma acréscimo de dezesseis pontos percentuais, visto que os alunos ingressantes em 2013 representam um índice de evasão acumulada de 12% e em 2022 já correspondem a 28%, sendo que esse número ainda pode aumentar devido ao período de integralização médio dos cursos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos dados coletados constatou-se uma redução de matrícula nos cursos de graduação a partir de 2020, ano de início da pandemia de Covid-19, situação que se mantém na universidade mesmo após o termino da crise de saúde mundial. No entanto, a relação entre os ingressantes de ampla concorrência e cotista continua relativamente constante nos últimos anos, não sendo a princípio uma informação positiva visto que os cotistas correspondem apenas a 1/3 dos alunos matriculados a cada ano na instituição.

De acordo com a lei ^o 12.711/2012 (BRASIL, 2012) as subcotas são divididas segundo a renda per capita e fatores raciais, sendo que por meio da série histórica levantada percebeu-se um aumento nos últimos dez anos de dezesseis pontos percentuais de ingressantes nas cotas que consideram pretos, pardos ou indígenas (PPI), contudo o percentual ainda não é significativo, logo, deve-se pensar em cotas a priori por questões étnico-raciais com objetivo de reparar as discriminações sociais, raciais e étnicas acumuladas ao longo dos anos, proporcionando representatividade aos grupos minoritários.

No entanto, vale destacar que em 2022 apenas 11% dos alunos PPI apresentavam renda per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo, refletindo somente um acréscimo de cinco pontos percentuais após aplicação da legislação de cotas, além disso, percebeu-se uma redução de treze pontos percentuais dos alunos ingressantes com renda per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo após os dez anos da lei das cotas universitárias, visto que na implementação da política de reserva de vagas correspondiam a 52% e em 2022 refletem apenas 39% dos ingressantes. Portanto, é necessário manter deste modo os critérios socioeconômicos devido ainda a imprescindibilidade de representar esse perfil de discente.

Outro aspecto contemplado na pesquisa, foi o índice acumulado de evasão da instituição que engloba praticamente 50% dos alunos matriculados em cada ano, sendo que a maior parte dos evadidos correspondem aos de ampla concorrência e que 29% retrata os cotistas. Ainda assim, cabe enfatizar que o índice de evasão acumulada para os cotistas aumentou em dez pontos percentuais no decorrer da série histórica apresentada e que o percentual de ingressantes da respectiva categoria se manteve constante. Assim, é perceptível a redução no número de alunos formados relacionados a cada ano de ingresso.

Ademais, o estudo apontou que o fenômeno da evasão está presente de maneira significativa para alunos de escola pública com renda per capita superior a 1,5 salários mínimos que não sejam PPI, visto que na série histórica apresenta uma média acumulada de 41%. Além disso, a subcota de escola pública com renda per capita acima de 1,5 salários mínimos para PPI revela um aumento de quatorze pontos percentuais, sendo o maior acréscimo de evasão da série histórica.

Em síntese, ainda há necessidade de manter as atuais reservas de vagas presente na lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012). No entanto, cabe rever a política no tocante as cotas por critérios étnico-raciais e as políticas de monitoramento de evasão, a fim de possibilitar o ingresso e a permanência dos estudantes, possibilitando a formação acadêmica que combate a desigualdade social, econômica e racial presente na população.

8. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Ensino Médio**: múltiplas vozes. Brasília: Unesco, 2003. 650 p. (MEC). Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000130235>. Acesso em: 18 maio 2023.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 8ª. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012. 318 p. Coleção Didática.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 26 abr. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3.627, de 2004**. Institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ref_projlei3627.pdf. Acesso em: 09 maio 2023.

BRASIL. **Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas. Secretaria de Educação Superior**. Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras. Brasília: ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC. 1996. p. 1-35. Disponível em: https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf. Acesso em: 18 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio**

e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 28 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. **Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 dez. 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm. Acesso em: 11 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 16 maio 2023.

DÁRIO, Amalia Borges. **Avaliação do desempenho acadêmico e da evasão entre discentes cotistas e não cotistas.** 2017. 111 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária, Centro Sócio Econômico, Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://tede.ufsc.br/teses/PPAU0148-D.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação em Políticas Públicas e Educação**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, jan./mar.2017. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/63KjnRwHdxVTTxKwdSmvbwx/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 26 abr. 2023.

FERES JÚNIOR, João et al. O conceito de ação afirmativa. **Ação Afirmativa: conceito, história e debates**, [S.L.], p. 13-25, 2018. EDUERJ. <http://dx.doi.org/10.7476/9786599036477.0003>. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/2mvbb/pdf/feres-9786599036477-03.pdf>. Acesso em: 08 maio 2023.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.(Série Educação a Distância). Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 05 Jun. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 175 p. (9ª reimpressão).

GODOI, Marciano Seabra de; SANTOS, Maria Angélica dos. Dez anos da lei federal das cotas universitárias: avaliação de seus efeitos e propostas para sua renovação e aperfeiçoamento. **Revista de Informação Legislativa: RIL**, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 11-35, jan./mar. 2021. Disponível em:

https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p11. Acesso em: 02 maio 2023.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa**: projetos e relatórios. São Paulo: Loyola, 2003. 295 p.

GUARNIERI, Fernanda Vieira; MELO-SILVA, Lucy Leal. Ações afirmativas na educação superior: rumos da discussão nos últimos cinco anos. **Psicologia & Sociedade**, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 70-78, ago. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822007000200010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/y87F7tDvR67ws8Kctk38NGc/abstract/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 02 maio 2023.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do censo da educação superior 2020**. Brasília, 2021. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2020.pdf. Acesso em: 25 abr. 2023.

LIMA, Franciele Santos de; ZAGO, Nadir. Desafios conceituais e tendências da evasão no ensino superior. **Revista Internacional de Educação Superior**, [S.L.], v. 4, n. 2, p. 366-386, 2 abr. 2018. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/riesup.v4i2.8651587>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8651587/17797>. Acesso em: 16 maio 2023.

LIMA, Wandilson Alisson Silva; FERREIRA, Liliane Caraciolo. Mapeamento e Avaliação das Políticas Públicas de Assistência Estudantil nas Universidades Federais Brasileiras. **Revista Meta**: Avaliação, [S.L.], v. 8, n. 22, p. 116, 31 maio 2016. Revista Meta - Avaliacao. <http://dx.doi.org/10.22347/2175-2753v8i22.870>. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/870>. Acesso em: 02 maio 2023.

MARCELINO, Karina Francine; GONÇALVES, Monica F. C. Pedrozo. Conhecimento produzido no programa de pós-graduação em administração universitária da ufsc: contribuições para as políticas de ações afirmativas. In: XX COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 2021, Florianópolis. **Anais do XX Colóquio de Gestão Universitária**. Florianópolis: INPEAU, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/230194/210029.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 abr. 2023.

SANTOS, Sales Augusto dos (org.). Ações **Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação : Unesco, 2007. 394 p. (Coleção Educação para Todos; vol. 5). Disponível em: https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/acoes_afirm_combate_racismo_americas.pdf. Acesso em: 09 maio 2023.

SCREMIN, Sandra Margarete Bastianello. **Evasão – permanência em uma instituição total de ensino técnico: múltiplos olhares**. 2008. 209f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91915/249038.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 17 maio 2023.

WALTER, Amanda Moura. **Variáveis Preditoras de Evasão em Dois Cursos a Distância**. 2016. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/33531841.pdf>. Acesso em: 17 maio 2023.

Capítulo 3
ATUAÇÃO DO CONSELHO DA COMUNIDADE NO
MUNICÍPIO DE MATINHOS: UM OLHAR AOS
ASSISTIDOS DO SISTEMA PENAL DO LITORAL
PARANAENSE

Stephanie Caroline Alves
Adriana Lucinda de Oliveira

ATUAÇÃO DO CONSELHO DA COMUNIDADE NO MUNICÍPIO DE MATINHOS: UM OLHAR AOS ASSISTIDOS DO SISTEMA PENAL DO LITORAL PARANAENSE

Stephanie Caroline Alves

*Universidade Federal do Paraná (UFPR); Graduanda em Serviço Social;
alvesstephanie96@gmail.com*

Adriana Lucinda de Oliveira

*Universidade Federal do Paraná (UFPR); Doutora em Serviço Social e docente da
graduação em Serviço Social na UFPR; adrilucinda@gmail.com*

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar a parceria do Conselho da Comunidade da comarca de Matinhos-PR junto ao Programa de Extensão Conselho da Comunidade na Política de Execução Penal da Universidade Federal do Paraná (UFPR), bem como suas ações junto aos usuários privados de liberdade ou em cumprimento de pena no município. Para tanto, busca-se apontar o perfil da população privada de liberdade no estado do Paraná, bem como as características sociais e econômicas do município de Matinhos, a fim de compor um quadro geral a respeito dos indivíduos assistidos pelo Conselho e o desenvolvimento de atividades laborais e educacionais pelos mesmos. Destaca-se, por fim, que o processo de ressocialização destes sujeitos junto à sociedade ainda ocorre permeado de estigmas e preconceitos. Tarefa desafiadora que nos comprometemos a enfrentar por meio das ações desenvolvidas pelo órgão e programa de extensão.

Palavras-chave: Sistema Penal. Direitos humanos. Conselho da Comunidade. Serviço Social. Litoral Paranaense.

ABSTRACT

This article aims to present the partnership of the Community Council of the region of Matinhos-PR with the Community Council Extension Program in the Penal Execution Policy of the Federal University of Paraná (UFPR), as well as its actions with private users of freedom or serving a sentence in the municipality. To this end, we seek to point out the profile of the population deprived of liberty in the state of Paraná, as well as the

social and economic characteristics of the municipality of Matinhos, in order to compose a general picture regarding the individuals assisted by the Council and the development of activities work and education for them. Finally, it is highlighted that the process of resocialization of these subjects within society is still permeated by stigmas and prejudices. A challenging task that we are committed to tackling through the actions developed by the body and outreach program.

Keywords: Penal System. Human rights. Community Council. Social Service. Coast of Paraná.

INTRODUÇÃO

Segundo informações obtidas através do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN), o qual apresenta dados estatísticos do sistema penitenciário brasileiro, no primeiro semestre de 2022 - que corresponde ao período de janeiro a junho do referido ano - o total de pessoas presas em celas físicas no Brasil atingiu o número de 661.915. Destas, 95,6% são do gênero masculino e 4,4% feminino, cabe apontar que o Brasil é o terceiro país no mundo que mais encarceram mulheres, segundo dados do World Female Imprisonment List (2022). A respeito da raça, 67,81% se autodeclararam negras (pessoas pretas e pardas) e 31,02% brancas..

Dados estes que são reflexo do racismo estrutural e institucional que permeia nossa sociedade, tendo como um dos resultados o encarceramento massivo de pessoas negras, sobretudo jovens negros das periferias de grandes metrópoles. Fato este advindo do próprio processo de formação sócio-histórica de nosso país, marcado pela escravidão dos povos pretos e extermínio dos povos originários do Brasil. População esta que mesmo após a abolição do país, foi colocada à margem da sociedade, sem direitos a terras, trabalho ou educação. Um passado recente, que até hoje deixa marcas profundas em nossa sociedade.

No Estado do Paraná, contamos com cerca de 11.527.484 habitantes (estimativa para o ano de 2021, segundo IBGE), desta população, temos 32.700 pessoas privadas de liberdade, dispostas e divididas da seguinte forma: 22.825 em regime fechado; 1.106 semiaberto; 1.075 aberto; 7.455 provisório e 239 em medida de segurança. A respeito do perfil dessa população, verifica-se que 4,98% são mulheres e 95,02% são homens. Já em relação à cor e raça dessa população, 52,07% se autodeclararam brancas, 46,73% negras e 0,57% outras raças (SISDEPEN, 2022), dado que difere-se das estatísticas nacionais

quanto à raça. No entanto, cabe ressaltar que segundo dados do IBGE em 2018, apenas 34% da população paranaense se identificaram como negras.

O SISDEPEN possibilitou ainda obter métricas sobre as atividades laborais e educacionais, as quais mostraram uma grande adesão dentro do recorte do Estado do Paraná, apresentado neste artigo. Logo, 13.629 das pessoas presas estavam envolvidas em atividades laborais e 18.756 em atividades educacionais e desse total, 3.174 pessoas estavam envolvidas em atividades laborais e educacionais de maneira simultânea.

Diante desta apresentação inicial referente ao perfil da população privada de liberdade no Brasil e no estado do Paraná, cabe apresentar o Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos, que trata de atividades laborais e educacionais para com estes indivíduos. Localizado na região litorânea do Paraná, o órgão tem parceria com o Programa de Extensão Conselho da Comunidade na Política de Execução Penal, da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e apresentam-se como fortes atores no que diz respeito ao trabalho para a retomada do indivíduo à sociedade e o combate à reincidência criminal.

O Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos tem buscado constituir-se como um espaço de apoio e de enfrentamento à reincidência no sistema penal. As dificuldades são inúmeras, mas identifica-se também resultados e mudanças advindas das pessoas acompanhadas ao relatarem que estão trabalhando e/ou restabelecendo suas relações familiares, que possuem planos e projetos para a vida em liberdade. Contudo, acredita-se que o resgate da capacidade teleológica seja o início efetivo da retomada da vida após o cumprimento de pena.

Desta forma, o presente artigo visa apresentar as atividades desenvolvidas entre os anos de 2018 a 2023, pelo Programa Conselho da Comunidade, bem como seus resultados e o perfil das pessoas assistidas. Para isto, fez-se necessário a busca por dados a respeito da população residente no município de Matinhos, através de plataformas federais e estaduais, como é o caso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

O CONSELHO DA COMUNIDADE DA COMARCA DE MATINHOS

O Conselho da Comunidade, órgão da execução penal, é uma associação civil sem fins lucrativos que, de acordo com a Lei nº 7.2010 de 1984, tem por finalidade dar

assistência às pessoas em cumprimento de pena, bem como planejar, acompanhar e executar projetos de ação comunitária ligados à prevenção da delinquência e também organizar, administrar e fiscalizar a prestação de serviços à comunidade pelos sentenciados nesta comarca (BRASIL, 1984).

Segundo o Ministério da Justiça (2008) é função do Conselho da Comunidade: a) Representação e intermediação da comunidade: solicitação de recursos; representação nos fóruns e organizações locais e regionais; e elaboração e/ou proposição de políticas integradas de atendimento aos presos, internos e egressos. b) Educativa: participação e divulgação na mídia; participação em fóruns, seminários locais e regionais; e participação na formação de profissionais nas áreas de atuação de interesse do sistema prisional e em atividades junto aos reeducandos. c) Consultiva: elaboração de pareceres sobre aplicação de verbas; elaboração de pareceres sobre a situação geral do presídio e dos sentenciados; e proposição de medidas a serem tomadas pelos órgãos públicos. d) Assistencial: atendimento a famílias, presos internos e egressos, em situações emergenciais. e) Auxílio material à unidade prisional: aquisição de equipamentos; participação em reformas. f) Fiscalizadora: avaliação e monitoramento do cumprimento de direitos, da aplicação de verbas e do exercício da função das diferentes instituições públicas envolvidas na execução penal (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2008).

A Lei de Execução Penal (1984) em seu art. 81 designa ao Conselho da Comunidade a responsabilidade de:

I - visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca; II - entrevistar presos; III - apresentar relatórios mensais ao Juiz da execução e ao Conselho Penitenciário; IV - diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado, em harmonia com a direção do estabelecimento (LEI Nº 7.210, 1984).

Além disso, para aqueles que encontram-se em regime aberto e semiaberto, cabe ao Conselho “I - fazer observar o cumprimento das condições especificadas na sentença concessiva do benefício; II - proteger o beneficiário, orientando-o na execução de suas obrigações e auxiliando-o na obtenção de atividade laborativa” (BRASIL 1984). Contudo, ressalta-se que a busca por fortalecer a organização e mobilização da rede socioassistencial e jurídica é um objetivo presente no cotidiano do Conselho da Comunidade da Comarca de Matinhos, considerando a vulnerabilidade da população atendida, a frágil articulação das diferenciadas instituições, a inexistência de defensoria

pública no município, a urgência de enfrentamento ao ciclo de violação de direitos, violência, seletividade penal e, principalmente, da discriminação da pobreza que tem cor, gênero, origem e classe.

Para a contextualização do cenário em que se insere o presente Programa de Extensão, torna-se necessário, ainda que de forma breve, apresentar as características e o perfil da comunidade que compõe o município de Matinhos. Segundo dados do último censo do IBGE, realizado em 2010, o número de habitantes consistia em 29.279 e deste total, cerca de 68% da população se autodeclararam brancas, 27,9% pardas e 2,9% pretas (IPARDES, 2023).

Os dados de amostra ainda apontam que a respeito da composição familiar por domicílio, 38,8% contém até duas pessoas, 32% até três pessoas e aproximadamente 23% com quatro ou mais pessoas (IPARDES, 2023). Cabe ressaltar, no entanto, que por se tratar de dados de uma amostragem estas porcentagem correspondem a um universo composto por 9.907 indivíduos.

Sobre os índices socioeconômicos, em 2003 a porcentagem de incidência de pobreza no município chegava a 45,80%, ou seja, aquelas pessoas que se encontravam abaixo da linha de pobreza. Em 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município, que corresponde ao bem estar da população como a expectativa de vida, alfabetização, entre outros, ocupava o 48º lugar no ranking do Paraná, correspondendo a 0,743 (IBGE, 2023).

Em relação ao índice de GINI, medidor da desigualdade social que consiste em um número de 0 a 1, sendo 0 correspondente a igualdade de renda e 1 a desigualdade, o município de Matinhos, em 2018, correspondia a 0,48.

Em 2021 a população estimada era de 35.705 habitantes, destes, apenas 24,8% encontravam-se ocupados no mercado de trabalho e cerca de 31,7% recebiam mensalmente até meio salário mínimo per capita (IBGE, 2023). Há um contraste entre as riquezas naturais do município, composto pela serra do mar e litoral, e sua condição socioeconômica, visto que parte das ocupações trabalhistas são norteadas pelo trabalho sazonal, ou seja, durante o período de alta temporada.

De acordo com PIERRI et al. (2006), a população litorânea vem crescendo nos últimos anos e este crescimento, nas áreas urbanas, significa diminuição da população nas áreas rurais.

Trata-se de um crescimento predominantemente urbano, de forma que a taxa de urbanização do litoral, como um todo, passou de 69%, em 1970, a 89%, em 2000, enquanto a estadual foi, nesta última data, de aproximadamente 81%, similar à do Brasil. Isso foi acompanhado de um decréscimo absoluto da população rural (PIERRI et al., 2006, p. 162).

O crescimento populacional nas áreas litorâneas, entretanto, não significa qualidade de vida e distribuição de riqueza, também não há emprego para todas as pessoas que necessitam trabalhar. Conforme indicado por Pierri et al. (2006, p. 164), “[...] grande parte da população permanente dos municípios balneários se encontra em situação de pobreza relativa, com níveis de escolaridade e de renda baixos, e que ocupa espaços ambientalmente inadequados.”

De outro lado, o adensamento urbano com o crescimento de construções sem estrutura segura e/ou sem respeitar os limites das praias e costas, causam danos e erosão. Com isso, casas e construções próximas às praias são destruídas quando ocorrem as ressacas do mar. Essas tragédias ambientais, o desemprego, o trabalho informal, a baixa escolaridade, assim como o processo de migração campo-cidade, são impactos socioeconômicos e ambientais que resultam em pobreza (PIERRI, 2003).

O PROGRAMA DE EXTENSÃO NO CONSELHO DA COMUNIDADE NA COMARCA DE MATINHOS

Frente à necessidade de desenvolver um trabalho estruturado e contínuo de acompanhamento da população de Matinhos em conflito com a justiça, em virtude de algum delito previsto na Lei de Execução Penal, estabeleceu-se uma parceria com a Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, que passou a desenvolver atividades extensionistas com a população acompanhada pelo Conselho da Comunidade de Matinhos. A equipe do projeto de extensão, até junho de 2023, era composta por uma docente da graduação em Serviço Social, um docente do curso de Gestão e Empreendedorismo, 1 estudante de pós-graduação, 4 estudantes de Serviço Social e 2 estudantes de Direito. As atividades iniciaram no mês de março de 2018, quando a equipe de docentes e estudantes passaram a trabalhar em conjunto com a secretária do conselho e com os voluntários, na intensificação das atividades desenvolvidas.

Há cinco anos o Conselho da Comunidade conta com a parceria da UFPR Setor Litoral que, através do Programa de Extensão, têm disponibilidade de carga horária de

professores e estudantes, os quais iniciaram um processo de acompanhamento social das pessoas em cumprimento de pena em regime aberto. Diante disso, o presente Programa tem como principal objetivo a apresentação de uma proposta de capacitação técnica profissionalizante a um grupo de apenados e a continuidade do acompanhamento social a todas as pessoas encaminhadas ao Conselho pelo juiz da vara de execução penal, na perspectiva da construção de alternativas no processo de retomada da vida laboral, tendo como fundamento o incessante combate a reincidência e a construção de alternativas de ruptura do ciclo de pobreza, violência e criminalidade.

O acompanhamento social, sob a responsabilidade das bolsistas do Serviço Social, ocorre mediado por um instrumento de pesquisa construído no *Software Limesurvey*.⁶ A entrevista busca identificar demandas e possibilidades para as pessoas em conflito com a lei, bem como seus familiares. Neste mesmo momento - da entrevista -, são identificadas as pessoas com o perfil e interesse para participar dos cursos profissionalizantes. Da mesma forma, as bolsistas do curso de Direito realizam a análise de todos os processos penais de pessoas oriundas do município de Matinhos-PR, nos quais houve decretação de prisão provisória, das pessoas em cumprimento de pena em liberdade que estão irregulares e das pessoas já sentenciadas do regime fechado.

Em relação à capacitação para o mercado de trabalho por meio de cursos de Elétrica em Instalações Prediais e Panificação, foram contratados dois cursos para um total de 50 participantes. Ao final dos cursos, obteve-se uma taxa de sucesso - quantidade de aprovados em relação aos matriculados - de 48%.

O curso de elétrica em instalações prediais teve duração de 240 horas, ministradas em 4 meses e visava a capacitação para 30 participantes, tendo sido efetuadas 29 matrículas; dessas 29 pessoas, três matriculados nunca compareceram ao curso, nove evadiram no primeiro mês e seis nos meses seguintes. Ao final, conseguiu-se a aprovação e certificação de 11 participantes, equivalente a uma taxa de sucesso de 38%.

Segundo o Parecer Pedagógico do Senai-Paranaguá (2022), a alta evasão esteve relacionada à parte da modalidade contratada, que incluiu atividade não presencial no *sistema AVA*⁷; ao cronograma estendido; ao conflito de horário com outra ocupação e à

⁶ LimeSurvey é uma aplicação de software de código aberto, projetada principalmente para a criação e administração de pesquisas online. Ele oferece uma variedade de recursos para criar questionários personalizados, distribuí-los através da web e analisar os resultados.

⁷ Sistema AVA significa Ambiente Virtual de Aprendizagem. É uma plataforma online que oferece suporte ao ensino e à aprendizagem, facilitando a interação entre alunos, professores e materiais de aprendizagem.

adaptação à área ofertada. Nesse último caso, refere-se ao conteúdo de matemática e física que são básicos no campo da eletricidade. Quando diagnosticada a evasão, a coordenação do projeto reuniu-se com a gerência do Senai-Paranaguá e, em conjunto, acordaram um plano de reforço pedagógico que, naquela ocasião, não surtiu efeito em virtude do não retorno dos alunos evadidos.

O curso de panificação com duração de 96 horas, a serem ministrados em cinco semanas, visava contemplar 20 participantes em duas turmas de 10 pessoas. A primeira turma iniciou em 11/04/2022 e finalizou em 17/05/2022; dos primeiros dez participantes, três evadiram e sete foram aprovados e capacitados. A segunda turma teve início em 17/10/2022 e fim em 02/12/2022; dos dez matriculados, quatro evadiram e seis foram aprovados e capacitados.

Em ambas as turmas do curso de Elétrica de Instalações Prediais houveram evasão logo na entrada. Houve ainda aqueles que adoeceram; que conseguiram um trabalho noturno; que tiveram que assumir cuidados com familiares (crianças e idosos) e ainda aqueles que evadiram por acharem o curso difícil, principalmente os conteúdos de matemática, haja vista estarem muitos anos longe dos bancos escolares. Todas essas questões que compõem as motivações para o índice de evasão reiteram a complexidade e premência do trabalho com essa população.

Construir alternativas de capacitação profissional para jovens e adultos, que não acessaram oportunidades anteriormente, requer estratégias pedagógicas, construção de diálogo e retaguarda institucional. As pessoas acompanhadas pelo Conselho da Comunidade carregam consigo o estigma do delito, como se esse rótulo as definisse por completo. Romper essa barreira e construir laços de responsabilização, engajamento e compromisso, demanda a tessitura de uma relação de respeito, de resgate da dignidade e de acreditar que os sujeitos podem construir suas histórias sobre outros patamares.

Todavia, um dos grandes empecilhos para que essa dinâmica se estabeleça é a lógica da imediatividade, a urgência da vida, a ausência de uma rotina diária de trabalho encetada pela informalidade, pela baixa escolaridade, por serem conhecidos como pessoas “suspeitas” e por muitas vezes também não acreditarem em si mesmas.

ATIVIDADE PRODUTIVA DOS ASSISTIDOS PELO CONSELHO DA COMUNIDADE NO LITORAL PARANAENSE

No que se refere à atividade produtiva, 63% dos capacitados nos cursos ofertados pelo Conselho da Comunidade estão desenvolvendo atividades produtivas, mas apenas 47% desses estão trabalhando na área de capacitação. Os demais estão trabalhando em outras atividades produtivas, aguardando a oportunidade de inserção no mercado de trabalho na área de capacitação, ou de conseguir recursos para abrir o próprio negócio nas referidas áreas.

Chama a atenção o fato de que apenas 27% dos capacitados que estão efetivamente trabalhando o fazem de modo formal, com contratação em carteira; 60% desses estão em atividade produtiva informal, para o que solicitamos a assinatura de uma declaração que atestasse tal condição. A informalidade é estrutural nas condições do município, ocorrendo pela produção de panificados, vendidos de porta em porta e na orla da praia, no período de alta temporada. Como também, há a execução de serviços de elétrica predial ocasionais, conhecidos como “bicos”.⁸

PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE ACOMPANHADAS PELO CONSELHO DA COMUNIDADE EM MATINHOS

Uma parcela da população vulnerável, devido às dificuldades enfrentadas na consecução de um nível de vida digna e mais confortável, é suscetível à inserção como força de trabalho da economia criminal, cometendo, em sua maioria, crimes contra o patrimônio e a comercialização de drogas (OLIVEIRA et al., 2019, p. 48).

Ao submeterem-se ao sistema judicial, recebem como pena o cumprimento de alguma medida cautelar, tais como prestação de serviço à comunidade; execução de pena em regime aberto e/ou ainda aguardam audiência de sentença em liberdade. Todos esses sujeitos apenados são acompanhados pelo Conselho da Comunidade, associação proponente do presente artigo. O restante do público alvo atendido gira em torno desta população, pois são seus familiares.

⁸ "Bico" é uma gíria para trabalho temporário ou informal que uma pessoa realiza para ganhar dinheiro extra.

Parte da vulnerabilidade dessa população deriva de baixa escolaridade, a cor de pele parda ou preta, a transição da juventude para a idade madura sem perspectivas nítidas de emprego e renda, o que favorece um ambiente de direitos constitucionais não usufruídos, como exclusão escolar e precário sistema de saúde (OLIVEIRA et al., 2019, p. 41-48).

Desse modo, a riqueza natural que potencialmente poderia ser objeto de formas alternativas de geração de emprego, não consegue ser usufruída pelas populações de baixa renda mais vulneráveis, seja pela baixa escolaridade e consequente redução do acesso à informação e ao conhecimento, ou pelo baixo rendimento que lhes impossibilita obter um mínimo de meios de produção para poderem sobreviver. É nesse contexto que se nutre a economia criminal para obtenção de força de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo da execução penal é complexo e permeado de muita desconfiança, controle, seletividade e criminalização. O enfrentamento a este cenário, bem como desenvolvimento de ações que auxiliem na ressocialização desses indivíduos se faz de maneira desafiadora.

Em relação ao Conselho da Comunidade da comarca de Matinhos, muitas foram as dificuldades de contato e de estabelecimento de vínculos com as pessoas em cumprimento de pena. Dentre as principais dificuldades enfrentadas destacamos as limitadas instalações físicas do Conselho da Comunidade no município que, muitas vezes, limita o trabalho das discentes bolsistas e demais profissionais.

Outro ponto refere-se a fragilidade do sistema de informações penitenciárias do órgão que não conseguem gerar um relatório destacando informações básicas a respeito das pessoas privadas de liberdade, como por exemplo o local de moradia de seus familiares. Devido a ausência dessas informações, o levantamento de dados tem demandado o trabalho manual junto aos técnicos que atuam no Complexo Penitenciário e dada a limitada equipe técnica do local, precisa-se contar com a solicitude dos mesmos, bem como disponibilidade de tempo destes.

Ainda, como já apontamos anteriormente, o Conselho da Comunidade é uma associação civil pública com representantes da sociedade civil em diferentes segmentos, deste modo, a diretoria do Conselho, bem como os membros do projeto extensionista da

UFPR têm buscado ampliar a visibilidade das ações do Conselho da Comunidade, na perspectiva de ampliarmos cada dia mais a participação da população atendida, seus familiares e a comunidade em geral.

Sobre a participação e trabalho em conjunto com outros órgãos governamentais, destacamos que a articulação no interior do poder judiciário tem se intensificado, com destaque para a Vara de Execução Penal, Ministério Público, Departamento Penitenciário e a Delegacia Cidadã de Matinhos.

A parceria com a Prefeitura Municipal também caracteriza-se como fundamental, considerando a necessidade de acesso às diferenciadas políticas públicas demandadas pelos sentenciados, como saúde, assistência social, trabalho e educação. Evidencia-se também o trabalho com a Secretaria de Defesa Social no atendimento às mulheres vítimas de violência, bem como aos seus perpetradores. O Conselho da Comunidade trabalha intimamente articulado ao Conselho de Segurança Pública, sendo que ambos os conselhos estão inter relacionados com as políticas de Segurança Pública e Execução Penal.

Diante de todo o exposto, apontamos que os estudos e análises das ações do Conselho da Comunidade de Matinhos junto às pessoas privadas de liberdade e/ou em cumprimento de pena não se esgotam aqui e, ao contrário, precisam de constante análise e avaliação, como é o caso da própria evasão nos cursos ofertados a esta população que não obtiveram o devido proveito. Apontamos também que os dados apresentados neste trabalho referem-se às análises feitas no ano de 2023.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal**. Brasília, DF: Presidência da República, [1984]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm. Acesso em: 29 de abr. de 2023.

BRASIL. Sistema do departamento penitenciário brasileiro. **Dados estatísticos do sistema Penitenciário**, 2023. Disponível em: [SISDEPEN — Secretaria Nacional de Políticas Penais \(www.gov.br\)](https://sisdepem.gov.br/). Acesso em: 18 de mai. de 2023.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno estatístico Município de Matinhos**. 2023. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83260&btOk=ok>. Acesso em: 18 de mai. de 2023.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Cartilha Conselhos da Comunidade**. 2 ed. - Brasília:

Ministério da Justiça, 2008.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda et al. A tríade ensino, pesquisa e extensão: a partir da experiência do projeto de extensão Conselho da Comunidade em Ação. In ALVES, Alan Ripoll et al. (Org.). **Litoral do Paraná: território e perspectivas – desenvolvimento, políticas públicas e saúde**. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

PIERRI, Naína et al. A Ocupação e o Uso do Solo no Litoral Paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, [S.L], v. 1, n. 13, p. 137-167, jan/jun. 2006. UFPR.

WPB. **World Female Imprisonment List**. ed. 5, 2022. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_imprisonment_list_5th_edition.pdf. Acesso em: 18 de mai. de 2023

Capítulo 4
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E ESCOLARIZAÇÃO DE
JOVENS REFUGIADOS NA CIDADE DE BOA VISTA-RR

Sandra Milena Palomino Ortiz

Ivany Pinto Nascimento

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS REFUGIADOS NA CIDADE DE BOA VISTA-RR

Profª Msc. Sandra Milena Palomino Ortiz

CAB-IFRR

Doutoranda em Educação PPGED-UFPA, Mestre em Letras pela UFRR. E-mail:

sandrapalomino8116@gmail.com.

Profª Drª Ivany Pinto Nascimento

PPGED-UFPA

Docente associada do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal

do Pará (UFPA), bolsista produtividade- CNPq, coordenadora do Grupo de Estudos e

Pesquisas sobre Juventude, Identidade Representações Sociais e Educação (GEPEJURSE)-

UFPA. E-mail: ivany.pinto@gmail.com.

RESUMO

Com o crescente fluxo migratório venezuelano ocorrido desde 2015 na fronteira norte do Brasil com o sul da Venezuela, as escolas públicas da cidade de Boa Vista, estado de Roraima (RR) deparam-se nos dias de hoje, com a presença considerável de alunos refugiados venezuelanos em sala de aula. Objetivo e problema da pesquisa: Apreender e analisar quais são as Representações Sociais de jovens refugiados venezuelanos em Roraima sobre seus processos de escolarização e suas implicações nas suas identidades culturais. Metodologia: Pesquisa qualitativa e estudo de caso com fase exploratória (levantamento bibliográfico e documental), além de desenvolver um trabalho de campo consistente em entrevistas informais com professores e gestão escolar, aplicação de questionários e grupo focal com jovens refugiados na faixa etária de 15 a 17 anos que moram nos abrigos e que frequentam o Ensino Médio das escolas públicas Treze de setembro e Maria das Dores Brasil, localizadas nas proximidades dos abrigos da Operação Acolhida. Resultados: Trata-se de uma investigação de tese de doutorado em andamento que pretende analisar as representações sociais e o processo de escolarização de jovens refugiados venezuelanos na comunidade escolar boa-vistense.

Palavras-chave: Representações Sociais; Jovens Refugiados; Escolarização.

Introdução

Considerando o crescente fluxo migratório venezuelano ocorrido desde 2015 na fronteira norte do Brasil com o sul da Venezuela, as escolas da cidade de Boa Vista, estado de Roraima (RR) deparam-se nos dias de hoje, com a presença dos alunos refugiados venezuelanos em sala de aula. A imigração é um fenômeno mundial, registrando 272 milhões de pessoas que se locomoveram em todo mundo até o ano de 2019. Pode-se constatar que o Brasil entrou na rota de imigração mundial, sendo que entre 2010 e 2018 pelo menos 700 mil pessoas migraram para o Brasil, dessas, pelo menos 60 mil com reconhecimento de condição de refugiado. Dita migração forçada de famílias fugindo da fome no país vizinho, solicitantes de refúgio, dentre eles, jovens venezuelanos também vieram em busca de escola para continuar seus estudos.

Distinguir a variação na categoria imigrante é importante para entender o termo **refugiado**, pessoa que se particulariza pela imigração de modo involuntário (migração forçada dos venezuelanos). Para efeitos desta pesquisa, será considerado o termo refugiado conforme a definição da Declaração de Cartagena de 1984, no inciso III de seu art. 1º, reconhece como refugiado todo indivíduo que “devido à grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país” (BRASIL, 1997).

Ao longo da investigação buscamos responder o seguinte **problema de pesquisa**: Quais são as Representações Sociais de jovens refugiados venezuelanos em Boa Vista-Roraima sobre seus processos de escolarização e suas implicações nas suas identidades culturais?

Para isso, foi traçado como **objetivo geral**, apreender e analisar quais são as Representações Sociais de jovens refugiados venezuelanos em Roraima sobre seus processos de escolarização e suas implicações nas suas identidades culturais. E como **objetivos específicos**: Identificar o perfil de jovens venezuelanos do ensino médio de escolas públicas de Roraima, caracterizar seus processos de escolarizações no Ensino Médio, destacar as imagens e sentidos que organizam as Representações Sociais desses jovens sobre suas escolarizações, relacionar as representações sociais de jovens

venezuelanos sobre seus processos de escolarizações com as implicações nas suas identidades culturais.

Esta pesquisa pretende analisar o processo de inserção dos jovens refugiados venezuelanos (faixa etária 15 a 17 anos) no sistema escolar público da cidade de Boa Vista-Roraima, com a finalidade de analisar as representações sociais no tocante à inclusão social e formação identitária desses jovens em situação de risco na sociedade roraimense, significa dizer, que essa situação de risco compreende a vulnerabilidade na qual os jovens refugiados ficaram expostos no início do processo migratório, quando não frequentavam a escola pública, e foram recrutados pelas facções, incursão no tráfico de drogas e na prostituição.

Temos que ver o jovem refugiado em sua singularidade, como um sujeito social, para Dayrell (2003, p. 42), “o sujeito é um ser social, com uma determinada origem familiar, que ocupa um determinado lugar social e se encontra inserido em relações sociais” O conceito de juventude não é um conceito rígido, forma parte de um processo de crescimento, junto às experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social.

Conforme o censo escolar de 2021 da Secretaria de Educação do Estado de Roraima (SEED/RR), dos 77.313 alunos matriculados nas escolas do estado, 6.404 eram alunos venezuelanos, constituindo um 8,28% do total de alunos matriculados no ano de 2021, desses, 1.561 eram alunos do Ensino Médio. Já no ano de 2022, de acordo com o censo escolar da Secretaria de Educação do Estado de Roraima (SEED/RR), dos 78.920 alunos matriculados nas escolas do estado, 8.136 eram alunos venezuelanos, constituindo um 10,30% do total de alunos matriculados no ano de 2022, desses, 2.416 eram alunos do Ensino Médio.

Conforme dados do ACNUR (online, 2020), a entidade apoia 14 abrigos em Roraima, sendo 12 em Boa Vista e dois na cidade de Pacaraima (fronteira com o sul da Venezuela), acolhendo mais de 4.600 refugiados e migrantes da Venezuela nestes espaços. Quase metade dessa soma é composta por crianças. Os indígenas também são parcela significativa, e cerca de 1.031 deles vivem em abrigos apoiados pelo ACNUR. O UNICEF, em maio de 2018, lançou uma operação de apoio para as crianças e adolescentes da Venezuela e suas famílias com programas de nutrição e saúde, água, saneamento e higiene, e 113 adolescentes participaram de uma oficina de comunicação e produziram mensagens de conscientização sobre água e higiene.

Entretanto, um dos maiores desafios é o acesso aos serviços de saúde e educação, a Unicef também aponta como dificuldade a documentação das crianças, como identidade, histórico escolar e documento de guarda dificulta o acesso a direitos básicos, além do acesso à educação formal que é limitado pelas poucas vagas disponíveis, e acrescenta sobre os adolescentes: “correm risco substancial em um ambiente propício ao recrutamento de gangues, ao tráfico de drogas e à exploração do trabalho” (UNICEF, online, 2019).

Metodologia

A proposta metodológica considera uma pesquisa qualitativa com fase exploratória (levantamento bibliográfico), e estudo de caso, o qual “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (Yin, 2001, pg. 32). O enfoque qualitativo nos ajudará a compreender a visão dos sujeitos da pesquisa oferecendo informações sobre suas motivações, crenças, atitudes e valores.

Considera também um trabalho de campo com entrevistas informais junto à gestão escolar e coordenação do Projeto Super Panas financiado pelo UNICEF, com o intuito de captar informações detalhadas do ambiente de formação dentro da escola, capacitação técnica, parcerias, orientação profissional etc. Para Gil (2008, p.111), o tipo de entrevista informal é o menos estruturado possível, objetivando a coleta de dados e é recomendada nos estudos exploratórios, que visam oferecer uma visão aproximativa do problema pesquisado.

Para conhecer o nosso público-alvo, está previsto a aplicação de questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas, com a finalidade de traçar um perfil dos alunos refugiados que frequentam o ensino médio da escola Treze de setembro, na qual, conforme dados do censo escolar da SEED/RR, no final de 2022 constavam 83 alunos refugiados no Ensino Médio.

Para efeitos de análises, pela técnica Amostragem Aleatória Simples, com um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 0,2%, foi definido um número de 30 alunos para participar da pesquisa, com uma proposta metodológica de estudo de caso na escola Treze de setembro, localizada na Av. Caracaraí, 237 - Treze de Setembro e na escola Maria

das Dores Brasil localizada na Av das Guianas, 1205 da cidade de Boa Vista – RR. A escolha das escolas justifica-se por receberem um número considerável de refugiados dada a sua localização próxima dos abrigos da Operação Acolhida, além de facilitar o ingresso dos jovens refugiados na escola.

Propõe-se também fazer grupos focais com os jovens imigrantes, na faixa etária de 15 a 17 anos, residentes em quatro abrigos da cidade de Boa Vista-RR., como forma de expressão e para conhecer o que eles pensam sobre as seguintes questões genéricas: Migração (migração forçada), bilinguismo (uso ou não da língua materna), xenofobia (discriminação por ser estrangeiro), *aporfobia* (discriminação por ser pobre e estrangeiro), cultura (conservação ou não dos seus costumes), identidade (assimilação, aculturação, enraizamento, desenraizamento), inclusão social no Brasil: desafios e expectativas. Esses temas geradores serão introduzidos no grupo focal e detalhados pela pesquisadora, explicando na língua materna deles (espanhol), para maior compreensão e interação dos jovens.

Quanto à seleção do grupo focal o ideal é que seja selecionado pessoas que tenham o perfil semelhante seja em faixa etária, padrão de saúde e posição social, tendo em vista que o pesquisador não tem a possibilidade de modificar ou excluir as variáveis independentes, porém, pode restringir os efeitos das variáveis intervenientes (GIL, 2002). Por essa razão, foi escolhido refugiados entre 15 e 17 anos de idade que estudam no Ensino Médio da escola pública e residem em abrigos da Operação Acolhida, desta maneira, há proximidade de características entre estes indivíduos e permite assim, limitar as variáveis intervenientes que existiriam de forma numerosa se pesquisasse alunos de idades da infância e adolescência juntos e com classes sociais diferentes.

O tratamento do material, será feito com análise temática conforme as autoras Braun, e Clarke (2006), as quais afirmam que nesse tipo de análise é necessário ter cuidado do início ao fim, pois, é importante ter consistência, clareza para que se possa inicialmente transcrever, reconhecer os seus dados, sendo que ao ouvir e ler, é possível que o pesquisador comece a criar códigos, assim poderá reconhecer temas por meio dos dados coletados, podendo fazer uso de mapas mentais, possibilitando a nomenclatura de cada tema, e finalmente, escreva o que foi relatado com toda a análise feita.

Discussão dos dados

Esta pesquisa pretende mostrar uma realidade que estamos vivendo em nosso Estado de Roraima com a explosão demográfica devido à massiva imigração venezuelana, mente será feito um diagnóstico da situação atual nas escolas Treze de setembro e Maria das Dores Brasil na cidade de Boa Vista-RR. Para Moscovici (1978), essas representações sociais são sempre a representação de alguém, tanto quanto de alguma coisa, e tal representação “possui uma estrutura psicológica autônoma como própria da nossa sociedade e da nossa cultura” (Moscovici, 1978, p.45). Essa afirmação pressupõe a existência de um senso comum, no qual os sujeitos interpretam o mundo e orientam a comunicação entre eles, assim como, determina o seu comportamento social.

De fato, a análise das representações sociais dos jovens refugiados venezuelanos permitirá ter uma visão do processo de inclusão na escola regular, da maneira como o jovem refugiado constrói conceitos e significados no ambiente no qual está inserido (o abrigo como moradia, a escola que frequenta e as interações com colegas e professores). Para Moscovici, a construção das representações sociais incorpora dois processos formadores: **a ancoragem e a objetivação**.

A ancoragem estabelece categorias, classifica e dá nome a alguma coisa. As coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras (Moscovici, 2007, p.61). As pessoas experimentam uma resistência, um distanciamento, no momento que não são capazes de avaliar alguma coisa, de descrevê-la a nós mesmos ou a outras pessoas. Já o processo de objetivação é a concretização, materialização de uma imagem, tornando tangível ou concreto aquilo que foi representado e que se encontra em um plano abstrato. É por meio desses dois processos, ancoragem e objetivação, que nos é permitido incorporar o não familiar, o estranho em familiar, em conhecido, possibilitando incorporar as novas informações ao nosso sistema simbólico.

A presença do jovem refugiado nas escolas de Boa Vista é um fato, porém a percepção desses refugiados com a incorporação de uma nova linguagem, cultura, interações com os alunos brasileiros, e por sua vez, o imaginário desses colegas brasileiros com relação à cultura e linguagem do aluno refugiado serão elementos a serem analisados no trabalho de campo desta pesquisa.

Para Jodelet (2002) as representações sociais são uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Sendo assim, não são apenas reproduções, mas na verdade trata-se de construções realizadas de forma tanto individual quanto coletiva, neste caso, orientando comportamentos e intervindo nos processos de construção da identidade individual e social dos jovens refugiados na escola brasileira e suas realidades, relativas principalmente às questões do dia a dia, as quais se encontram profundamente atreladas às suas práticas sociais.

Conclusões

Serão analisados os mecanismos de integração e acolhimento que são oferecidos aos jovens imigrantes venezuelanos na escola pública para superar os preconceitos, aproveitar e compartilhar os saberes do imigrante e descobrir as oportunidades desse jovem na sociedade roraimense. Assim mesmo, pretende-se confirmar a hipótese se as Representações Sociais dos jovens refugiados venezuelanos em Roraima e seus processos de escolarização incidem na construção de uma hibridização nas suas identidades culturais.

Referências

ACNUR. **O ACNUR antes e depois da Operação Acolhida: uma análise à luz da resposta humanitária brasileira**. 1a ed. Brasília. 2022. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2022/06/ACNUR-Brasil-Antes-e-depois-da-Operacao-Acolhida-1.pdf> Acesso em: 21/02/23

ACNUR. **Conheça os abrigos que acolhem refugiados e migrantes em Roraima**. 2020. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2020/09/25/conheca-os-abrigos-que-acolhem-refugiados-e-migrantes-no-norte-do-brasil/>> Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.

BRASIL. **Lei No 9.474, de 22 de julho de 1997**. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1997.

Braun, V. and Clarke, V. (2006) **Using thematic analysis in psychology. Qualitative Research in Psychology**, 3 (2). pp. 77-101. ISSN 1478-0887. Available from: <http://eprints.uwe.ac.uk/11735>. Tradução para o português Luis Fernando Mackedanz

(UFRS). Acesso 25/02/2023. Disponível em:

[https://www.academia.edu/29999208/Tradu%C3%A7%C3%A3o do artigo Using the matic analysis in psychology](https://www.academia.edu/29999208/Tradu%C3%A7%C3%A3o_do_artigo_Using_the_matic_analysis_in_psychology)

DAYRELL, J. **O jovem como sujeito social**. Revista Brasileira de Educação, n. 24, p. 40–52, set. 2003.

GIL, Antônio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo :Atlas, 2002

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais Investigações em Psicologia Social**. Tradução: Pedrinho A. Guareschi, 5ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2007.

UNICEF. **Adolescentes venezuelanos participam de oficinas de comunicação e criam projetos sobre água e higiene: Atividades buscam promover a mudança de hábitos**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/adolescentes-venezuelanos-participam-de-oficinas-de-comunicacao>> Acesso : 10 maio 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Traduzido por Daniel Grassi. 2a edição. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Capítulo 5
REDE “SIM”: CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU
TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA

Valdete de Souza Silva

Clarice dos Santos

Leandro Edson de Oliveira

Rosana Soares Dos Santos

Wagner Dos Santos Ribeiro de Abreu

REDE "SIM": CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA

Valdete de Souza Silva

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS

Clarice dos Santos

Universidade Anhanguera polo Naviraí – MS

Leandro Edson de Oliveira

Licenciatura plena LETRAS Português/Inglês – UTFPR

Rosana Soares Dos Santos

Universidade Anhanguera polo Naviraí – MS

Wagner Dos Santos Ribeiro de Abreu

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG

RESUMO SIMPLES

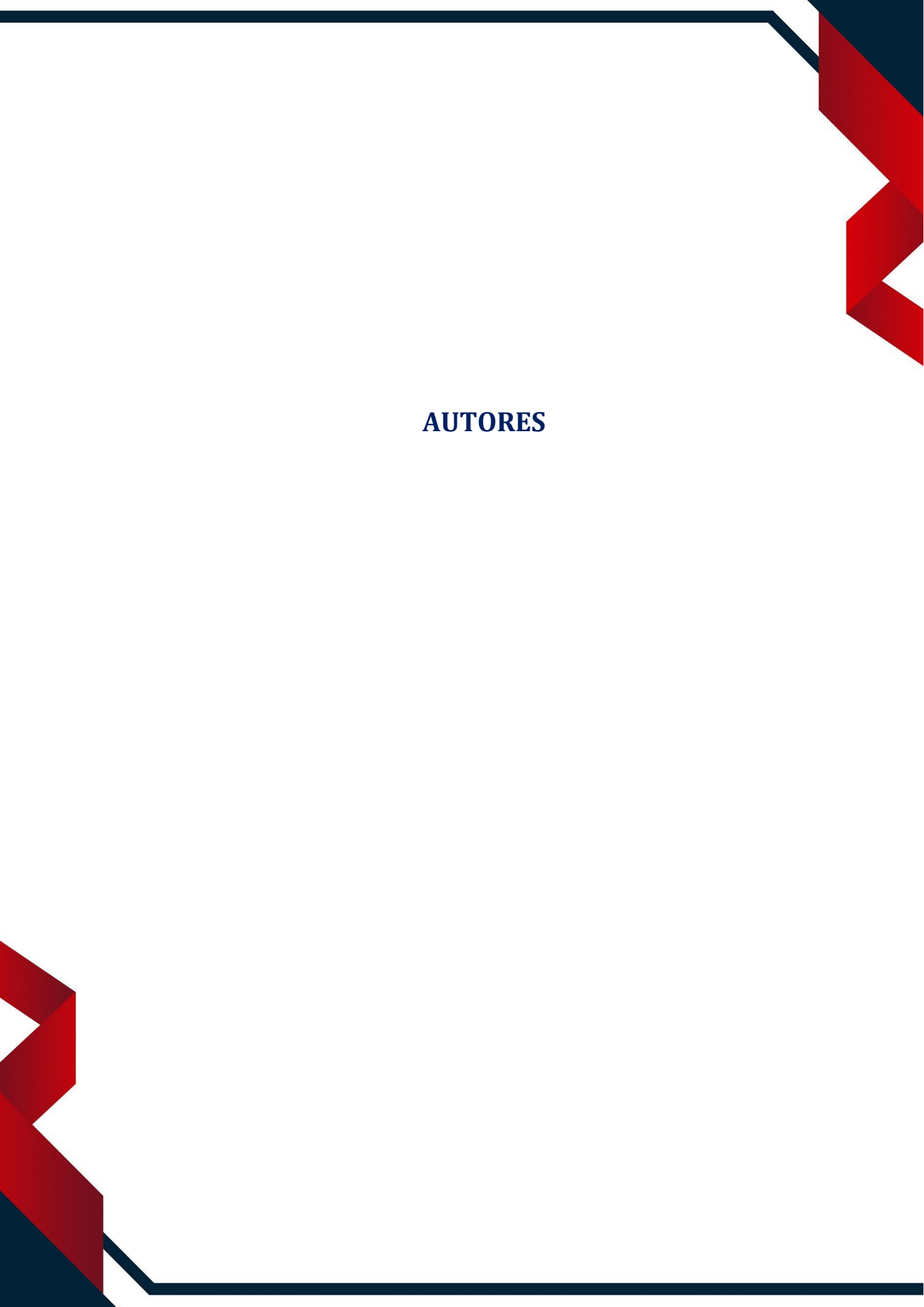
A Rede "SIM" refere-se ao Sistema de Informação para Infância e Adolescência, um programa brasileiro que visa coletar dados sobre crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. Essa rede é fundamental para entender e combater diferentes formas de violência contra esse grupo vulnerável. Ela inclui diversos órgãos e entidades que trabalham na proteção e assistência a crianças e adolescentes, como unidades de saúde, escolas, conselhos tutelares, delegacias especializadas, entre outros. O objetivo principal da Rede "SIM" é integrar essas diferentes instituições para melhorar o atendimento às vítimas e promover políticas públicas mais eficazes de prevenção e combate à violência infanto-juvenil. Essa iniciativa é crucial para garantir que crianças e adolescentes tenham seus direitos protegidos e para oferecer suporte adequado às

vítimas de violência, seja ela física, psicológica, sexual, negligência ou outras formas de violação de direitos. Vale ressaltar que o estudo aborde situações em que crianças e adolescentes foram vítimas ou testemunhas de violência, buscando evidenciar os elementos constitutivos dessas práticas e suas implicações na vida da criança. Em seguida ingressar na lei específica em favor de nossas crianças e adolescentes, a qual foi implantada a lei 8.069/1990 que é o Estatuto Das Crianças e Adolescentes (ECA). Considerando que crianças e adolescentes estão participando cada vez mais de julgamentos como testemunhas ou como vítimas, com o intuito de regulamentar e garantir o direito específico da criança e do adolescente tivemos a criação indispensável do tratamento especializado onde se fez necessário a concepção da lei 13.431/2017. Com abordagem metodológicas temos uma pesquisa eminentemente bibliográfica, subsidiada por uma revisão de literatura pautada em livros e artigos científicos sobre a temática e uma visão, analítica, observando as políticas públicas referente ao conceito estudado. Vale ressaltar, sobre as diferenças das formas de escutas, tanto da especializadas com um viés de entrevista restrita sobre o possível caso de violência como também do depoimento especial, que é utilizada em depoimentos, oitivas extrajudiciais ou judicialmente. Portanto, a Rede "SIM" desempenha um papel essencial na coleta de informações, na articulação entre diferentes serviços e na promoção de ações para proteger e promover o bem-estar de crianças e adolescentes em situações de violência no Brasil.

Palavras-chave: Crianças; Adolescentes; Depoimento Especializado; Proteção Integral.

REFERÊNCIAS

ALVES, Márcio José. **A escuta especializada e o depoimento especial: Lei nº 13.431, de 04 de abril de 2017.** Revista JurisFIB, v. 9, n. 1, 2018.



AUTORES

Adriana Lucinda de Oliveira

Assistente Social; Mestre em Serviço Social; Mestre em Desenvolvimento Regional; Doutora em Políticas Públicas; Professora adjunto do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná (UFPR Litoral).

Clarice dos Santos

Universidade Anhanguera polo Naviraí – MS.

Denilson Dantas Gomes

Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social; denilson.gomes.110@ufrn.edu.br.

Diogo Teodoro

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAU/UFSC) e Graduado em Engenharia Elétrica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC).

Ivany Pinto Nascimento

Docente associada do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA), bolsista produtividade- CNPq, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Juventude, Identidade Representações Sociais e Educação (GEPEJURSE)- UFPA. E-mail: ivany.pinto@gmail.com.

João Batista de Lima Martins Neto

Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social; joao.neto.107@ufrn.edu.br.

Leandro Edson de Oliveira

Licenciatura plena LETRAS Português/Inglês – UTFPR.

Rogério da Silva Nunes

Doutorado em Administração e Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina.

Rosana Soares Dos Santos

Universidade Anhanguera polo Naviraí – MS.

Sandra Milena Palomino Ortiz

Doutoranda em Educação PPGED-UFPA, Mestre em Letras pela UFRR.

Stephanie Caroline Alves

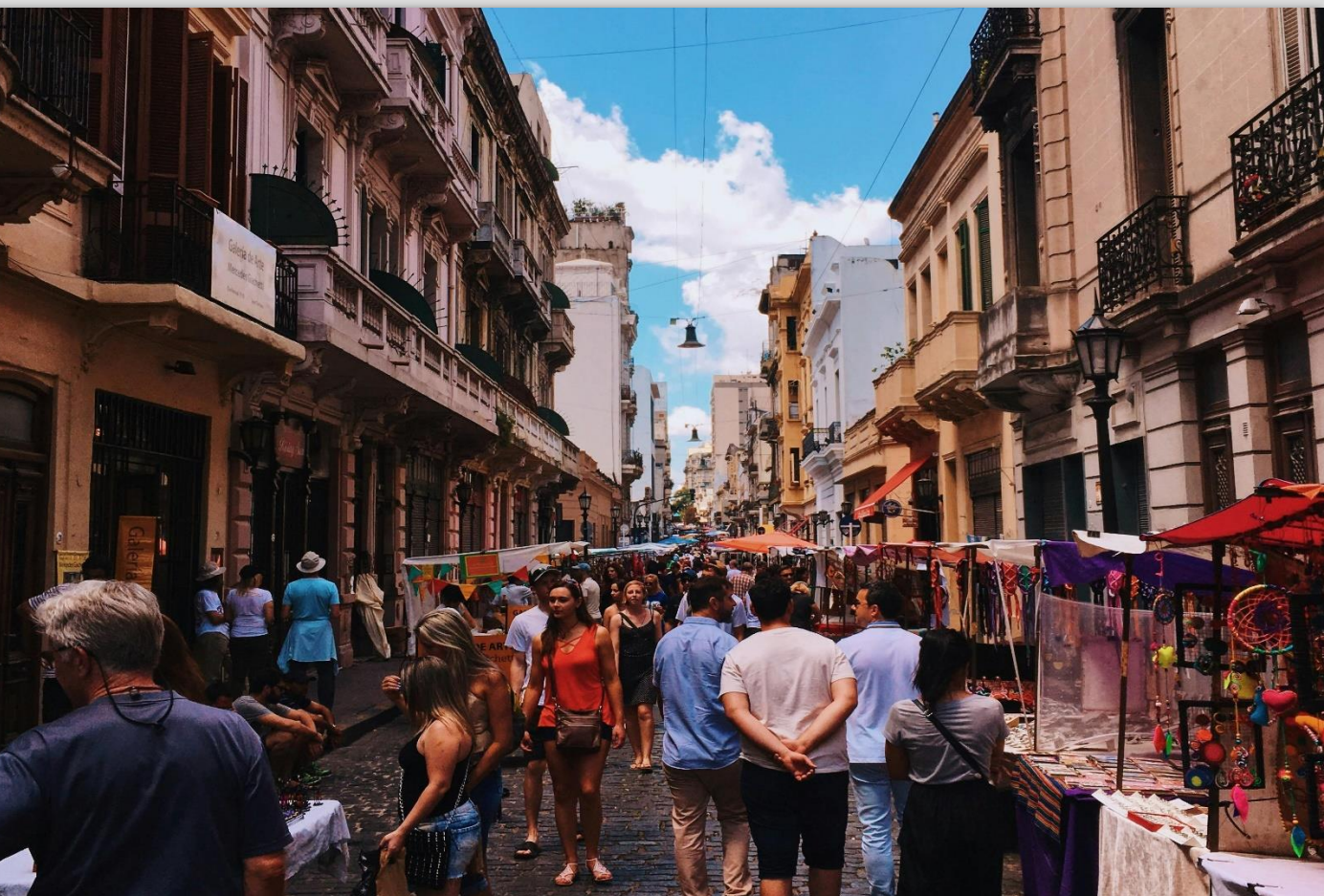
Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal do Paraná (UFPR Litoral), foi bolsista de Extensão no Programa de Extensão Conselho da Comunidade na Política de Execução Penal; Participou do Projeto de Iniciação Científica intitulado Dinâmicas Territoriais Decorrentes do Fenômeno Turístico nos Municípios do Litoral do Paraná; foi Integrante do Programa de Educação Tutorial Litoral Social (PET Litoral Social); desenvolve pesquisa sobre a Medida Socioeducativa nos municípios do Litoral Paranaense.

Valdete de Souza Silva

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.

Wagner Dos Santos Ribeiro de Abreu

Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.




Editora
UNIESMERO

ISBN 978-655492082-7



9 786554 920827